



GABRIEL SANTIAGO HARAMOTO

**AS LUTAS DE CLASSE NA FRANÇA DE 1848 A 1850:
DIREITO, ESTADO E POLÍTICA EM KARL MARX.**

LAVRAS-MG

2017

GABRIEL SANTIAGO HARAMOTO

**AS LUTAS DE CLASSE NA FRANÇA DE 1848 A 1850: DIREITO, ESTADO E
POLÍTICA EM KARL MARX.**

Monografia apresentada à Universidade
Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Direito, para a
obtenção do título de Bacharel.

Professor Assistente Gustavo Seferian Scheffer Machado

Orientador

LAVRAS-MG

2017

GABRIEL SANTIAGO HARAMOTO

**AS LUTAS DE CLASSE NA FRANÇA DE 1848 A 1850: DIREITO, ESTADO E
POLÍTICA EM KARL MARX**

**THE CLASS STRUGGLES IN FRANCE FROM 1848 TO 1850: LAE, STATE
AND POLITICS IN KARL MARX**

Monografia apresentada à Universidade
Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Direito, para a
obtenção do título de Bacharel.

APROVADO em ___ de agosto de 2017.

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Professor Assistente Gustavo Seferian Scheffer Machado

Orientador

LAVRAS-MG

2017

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Haramoto, Gabriel Santiago.

AS LUTAS DE CLASSE NA FRANÇA DE 1848 A 1850 :
DIREITO, ESTADO E POLÍTICA EM KARL MARX / Gabriel
Santiago Haramoto. - 2017.

69 p.

Orientador(a): Gustavo Seferian Scheffer Machado.

.
TCC (graduação) - Universidade Federal de Lavras, 2017.
Bibliografia.

1. Direito. 2. Teoria do Estado. 3. Luta de Classes. I. Scheffer
Machado, Gustavo Seferian. . II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por todo o suporte e incentivo durante essa trajetória que se encerra, agradeço também à Leticia, por todo amor, companheirismo e pela presença nos momentos mais importantes.

Aos meus amigos, agradeço pela irmandade, união e pela amizade durante todos esses anos. Felipe, Thaís, Isabella, Maria, Hortência, Paulo Henrique, Pedro, Lucas, João Francisco e os irmãos da República A Marvada. Muito obrigado pelos anos de convívio!

Ao corpo docente do Departamento de Direito da UFLA, em especial ao meu orientador Gustavo Seferian, agradeço pela sólida formação jurídica, social e, sobretudo, ética que me proporcionaram.

Aos colegas da 1ª Turma do curso de Direito da UFLA agradeço pelos momentos dentro e fora de sala e também pelo companheirismo e pela união na formação deste curso.

Verá! Uma montanha de corpos

Dos que sempre morreram

Em nome da ordem

Virá! Um futuro sem classes

Onde tudo será arte

De viver como iguais

(Nous somme les paraibes – Dead Fish)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a análise da obra “As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850”, escrito por Karl Marx sob a forma de diversos artigos separados, no decorrer do período citado e publicado em conjunto, como livro, postumamente, por Friedrich Engels em 1895. A referida obra já se vê consolidada como um clássico da tradição marxista, sobretudo por seu teor eminentemente político, dado que sua redação fora dirigido por um Marx mais jovem, cuja doutrina econômica ainda engatinhava. A obra marca a primeira tentativa teórica de Marx de aplicar sua concepção de materialismo histórico na análise de acontecimentos histórico-políticos concretos, a fim de que sejam explicitadas as dinâmicas classistas e a interminável luta de classes que ocorrem no seio da sociedade civil burguesa. Nesta senda, o autor se propõe a analisar como o Estado se porta como algo apartado e, portanto, antagônico à sociedade civil, e como a política e o próprio Estado (burguês) são meras representações dos interesses das classes sociais que as compõem e operacionalizam as relações sociais. Assim, a abordagem desta monografia se dá no sentido de analisar e sistematizar os conceitos e argumentos levantados por Karl Marx na obra, de modo a explicitar a contradição existente na sociedade civil burguesa e como a democracia pode ser usada como instrumento de dominação social e regulação do Poder Estatal.

Palavras-chave: Lutas de classe. Karl Marx. 1848. Direito. Estado. Política.

ABSTRACT

This work focuses on the analysis of the book “Class Struggles in France from 1848 to 1850”, written by Karl Marx under the form of numerous essays during the time period in question and published, posthumously, by Friedrich Engels in 1895. The book is already considered a classic in the Marxist tradition, especially by its eminently political content, once it was a young Marx who wrote it, whose economic theory was yet to be developed. The book “Class Struggles in France” represents Marx’s first theoretical attempt to apply his concept of historical materialism in the analysis of concrete historical and political events, in order to make explicit the class dynamics and the endless class struggles that take place in the heart of the bourgeois civil society. On this path, the author proposes to analyze how the State presents itself as something separated and, therefore, antagonistic to the civil society, and how the politics and the State (bourgeois) itself are mere representations of its classes interests. Thus, the approach of this work is to analyze and systematize the concepts and arguments used by the author to explicit and underline the bourgeois civil society intrinsic contradiction and how the democracy can be used as an instrument of class domination and Estate power regulation.

Key words: Class struggles. Karl Marx. 1848. Law. Estate. Politics.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CAPÍTULO 1: fevereiro a junho de 1848.....	16
3. CAPÍTULO 2: junho de 1848 a junho de 1849.....	33
4. CAPÍTULO 3: as decorrências do junho de 1849 e a revogação do sufrágio universal.....	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
APÊNDICE 1.....	64
REFERÊNCIAS.....	69

1 INTRODUÇÃO

Publicado postumamente em 1895, por Friedrich Engels, a obra “Lutas de Classe na França de 1848 a 1850” reúne uma série de artigos publicados na *Neue Rheinische Zeitung* que, conforme alerta Michel Löwy¹, “é a Nova Gazeta Renana *Revista*, não confundir com a Nova Gazeta Renana *Jornal*”. O prefácio à primeira edição, escrito por Engels, anuncia os objetivos do texto, bem como explicita os motivos que levaram Karl Marx a escrever, “no calor do momento”², os artigos reunidos.

“Esta obra que agora é publicada em nova edição foi a *primeira tentativa* feita por Marx de explicar, com a ajuda de sua *concepção materialista*, uma quadra da história contemporânea a partir da *situação econômica dada*. No *Manifesto Comunista*³, a teoria fora aplicada, em traços bem gerais, a toda a história mais recente; nos artigos de Marx e meus para a *Nova Gazeta Renana*, essa teoria foi continuamente usada para interpretar acontecimentos políticos simultâneos. No presente texto, em contraposição, trata-se de demonstrar *o nexó causal interno* de um desenvolvimento de muitos anos tão crítico quanto típico para toda a Europa e, portanto, nos termos do autor, de *derivar os fatos políticos de efeitos advindos de causas, em última instância, econômicas*”. (MARX, 2012, p. 10). (grifos não originais).

A partir desse primeiro parágrafo do prefácio nota-se a importância teórica do texto, já que Engels esclarece que são nestes escritos que Marx emprega, pela primeira vez, sua concepção de materialismo histórico a fim de explicar acontecimentos históricos concretos com condicionamentos dados a partir de uma situação econômica posta, derivando os fatos políticos dos efeitos advindos de causas, em última instância, econômicas⁴.

Neste esteio, é importante levantar uma leve crítica feita por Engels. A apreciação dos fatos e acontecimentos feitos a partir da historiografia atual nunca conseguirá retroceder até a última causa econômica, uma vez que “a visão panorâmica clara sobre a história econômica de dado período nunca será simultânea, só podendo ser obtida *a posteriori*”⁵.

Michel Löwy se refere a esta passagem como uma “questão metodológica”.

“Marx conseguiu reconduzir os conflitos políticos à lutas de interesses entre as classes sociais e frações das classes sociais existentes, implicados pelo desenvolvimento econômico, e mostrar que os diversos partidos políticos são

¹ LÖWY, Michel. *Terceiro Curso Livre Marx e Engels*. Boitempo Editorial, Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região e Centro de Pesquisas 28 de Agosto. 22 de setembro de 2012. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Ea_FTAJ1fwI&t=3778s.

² *Idem*.

³ MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto do Partido Comunista*. Boitempo: São Paulo, 2010. A primeira edição desta obra foi publicada, originalmente, em fevereiro de 1848 e teve papel fundamental nos acontecimentos políticos da época.

⁴ MARX, K. *Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*. Boitempo: São Paulo, 2012, p. 10.

⁵ MARX, 2012, p. 10.

a expressão, mais ou menos adequada, dessas mesmas classes sociais e frações de classes sociais. (...) Marx, no entanto, não conseguiu, por falta de informação, em particular estatísticas, seguir, dia-a-dia, o avanço da indústria e do comércio no mercado mundial, portanto, foi obrigado a tomar este fator econômico como constante e tratar a situação econômica do início do período estudado como dada e invariável. (MARX, 2012, p.10).

Marx não foi capaz de relacionar os eventos sociais e políticos que se desenrolavam na França com o processo econômico que o Estado francês, bem como sua economia, sua indústria e seu comércio (tanto interno quanto externo) estava desenvolvendo. Ante a impossibilidade de resposta por parte do autor, já que a publicação de sua obra fora póstuma, Antônio Gramsci, filósofo marxista do século XX, assume a réplica e oferece não uma resposta a Engels, mas uma ressalva aos leitores da obra que simpatizem com a crítica feita. Em seus Cadernos do Cárcere, Gramsci atesta que a “Lutas de Classes na França” é a obra política marxiana que permite a análise, a fundo, da metodologia histórico-materialista na tradição marxista e que, ademais, não é possível reduzir os processos sociais e políticos às “flutuações econômicas” e afirma, portanto, a relativa autonomia existente entre a luta de classes e o desenvolvimento econômico estatal.

“porque a pretensão apresentada como postulado essencial do materialismo histórico de expor qualquer flutuação da política e da ideologia como expressão imediata da estrutura econômica deve ser combatida com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas”. (GRAMSCI, 2010, p. 95).

É compreensível que Engels tenha levantado essa incapacidade da obra de abordar o plano econômico mais profundamente, a fim de trazer à luz o relacionamento entre os eventos econômicos com os sócio-políticos. Entretanto, deve se ter em mente que a publicação da obra fora póstuma, com seu prefácio tendo sido escrito por um Friedrich Engels já velho e intelectualmente maduro, enquanto que a redação original do livro não. O Karl Marx de 1848, autor dos artigos que compilados formaram o livro não possuía, ainda, a maturidade intelectual, nem tampouco a destreza acadêmica do Karl Marx autor dos livros d’O Capital. Neste Karl Marx “jovem” é possível notar o gérmen do Marx “velho”, porém a importância e a capacidade do “Lutas de Classe na França” não podem ser balizadas por seus escritos posteriores. Aqui, fica claro o objetivo de se analisar o primeiro grande enfrentamento entre as duas grandes classes sociais fundamentais da sociedade moderna e, ainda que o fundamento econômico desse enfrentamento seja de suma importância, ao Marx “jovem” não coube o trabalho de sua análise.

Iniciando o núcleo doutrinário da obra, tem-se o primeiro capítulo intitulado “A Derrota de Junho de 1848: De fevereiro a junho de 1848”. Entretanto, antes de iniciar suas explanações acerca deste período, é citado outro marco temporal importante na historiografia francesa, a qual Marx nomeia, simplesmente, de Revolução de Julho. Sabe-se, por certo, que este Julho é o de 1830, quando toda a Europa ocidental passou por uma onda de revoluções liberais que, na França, alçaram o Duque de Orléans, Luís Filipe, ao trono da nação francesa, e deram o controle econômico-político do Estado às mãos da alta burguesia aristocrata, detentora do capital financeiro.

No entanto, Marx atenta ao fato de que não é toda a classe burguesa que detém o domínio do Estado, sendo a subclasse que o detém denominada de aristocracia financeira⁶. Dessa forma, a partir da determinação do substrato social efetivamente dominante, outros atores políticos surgem em cena, sendo imperioso que se dedique esta seção introdutória à delimitação detalhada de sua composição e interesses de classe. Portanto, nos próximos parágrafos se sucederão delineações gerais acerca da monarquia de julho, a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a pequena burguesia comercial, a massa camponesa provinciana e o proletariado industrial urbano parisiense. Dessas derivam-se diversas outras subdivisões sociais e seus representantes políticos que serão abordados oportunamente no decorrer deste trabalho.

Como já sabido, a Revolução de Julho (de 1830) restaurou a monarquia constitucional no território francês, consolidando a vitória reacionária da Santa Aliança. Dessa forma, Luís Filipe de Orléans e sua corte são amplamente retratados por Marx em suas páginas como a “*monarquia de julho*”⁷. Logo após ser apresentada, no entanto, a monarquia constitucional da Casa de Orléans já é passada ao segundo plano de importância ao ser revelado o segredo da revolução, pelas palavras do banqueiro Lafitte⁸.

Lafitte representa, portanto, a classe social detentora da direção econômica e política do Estado francês, a classe *efetivamente* dominante: a aristocracia financeira. Embora seja denominada de aristocracia, esta classe social nada mais é que uma mera *facção* da burguesia *lato sensu*, sendo aquela que detém o domínio da bolsa de valores dos bancos; a propriedade das minas de carvão e ferro, das ferrovias e florestas e das terras. Nas palavras de Marx:

⁶ “Quem reinou sob Luís Filipe não foi a burguesia francesa, mas uma facção dela: os banqueiros, reis da bolsa, ferroviários e minas de carvão...”. (MARX, 2012, p. 29).

⁷ MARX, 2012, p. 29.

⁸ “De agora em diante reinarão os banqueiros”. (*Idem*).

“Quem reinou sob Luís Filipe não foi a burguesia francês, mas *uma facção* dela: os banqueiros, os reis da bolsa, os reis das ferrovias, os donos das minas de carvão e ferro e os donos de florestas em conluio com uma parte da aristocracia proprietária de terras, a assim chamada *aristocracia financeira*. Ela ocupou o trono, ditou as leis nas câmara, distribuiu cargos políticos desde o ministério até as agências de tabaco.” (MARX, 2012, p. 29).

Desta forma, já fica claro que, para além dos embates entre classes, há também a lutas intra-classes sociais, quando subclasses, ou na terminologia marxiana *facções de classes sociais*, travam embates conflituosos na sua disputa pelo Poder. Essas facções de classes, sobretudo, burguesas, diferenciam-se terminologicamente de partidos políticos na medida em que se referem a diferentes frações dentro de um mesmo grupo social⁹.

Assim, as duas facções burguesas, os legitimistas e os orleanistas, compõem um mesmo estrato social, qual seja burguês, além de compartilharem o mesmo alinhamento político, qual seja o monarquismo. Entretanto, a tensão entre essas facções se nota no modelo de monarquismo adotado por cada um: enquanto orleanistas eram partidários de Luís Filipe de Orleães, o “usurpador”, os legitimistas seguiam a ordem dinástica de Henrique V de Bourbon, o “usurpado”¹⁰.

É de se ressaltar, então, que os interesses fracionários das facções de classes acabam sendo quase que iguais, diferenciando-se somente em última análise, pois, no âmago da existência de ambas há um mesmo ideal a ser buscado: a restauração monárquica e a manutenção do *status quo* burguês. O que as diferencia, portanto, é a forma pela qual deve ser restaurada a monarquia burguesa.

Outra fatia grande e importante no bolo da burguesia é a chamada *burguesia industrial*. Composta pelos donos de indústrias e do grande comércio na França representava, neste início de 1848, a oposição oficial ao governo constituído, figurando como a minoria política na Câmara dos Deputados. Marx atenta ao fato de que, neste estágio, essa classe burguesa ainda não se opunha como ameaça ao domínio aristocrático, ao passo em que ainda se entorpecia pelas vitórias obtidas contra o proletariado parisiense nas revoltas da década passada, imaginando ter acabado de vez com a ameaça de baixo.

“Sua oposição despontava de modo tanto mais resoluto quanto mais claramente se desenvolvia a tirania da aristocracia financeira e quanto mais

⁹ “É como se aqui “partido”, diferente de facções, se constituíssem em representações políticas que se aproximassem mais da união e da coerência interna entre as diferentes classes ou frações de classe, mas devendo ele ser entendido por contraste a outras facções de classes que, por sua vez, tenderiam a se unir em partidos opostos.” (GOMES, 2010, p. 8).

¹⁰ MARX, 2012, p. 116.

ela própria imaginava assegurado seu domínio sobre a classe operária após as revoltas de 1832, 1834 e 1839.” (MARX, 2012, p. 29).

Por fim, a última camada da burguesia se caracteriza pela figura do *pequeno burguês*: o *boutiquieur*, o açougueiro, o dono de padaria etc. Essa classe, assim como a *massa camponesa* habitante do interior provinciano da França, estava completamente excluída do poder político, sendo-lhes negada qualquer forma de representação no Parlamento. Entretanto, embora destituídas de representação e participação, ambas as classes, sobretudo o campesinato, são de suma importância para o desenrolar dos acontecimentos políticos a serem retratados, dada a instituição constitucional do sufrágio universal e o vislumbre de sua articulação pelo voto popular.

O *proletariado*, por sua vez, se via ainda desarticulado como classe social revolucionária, tendo sido atropelado pela burguesia industrial na década passada e, neste estágio, ainda estar se reconstituindo. Dessa forma, essa classe social ainda, em fevereiro de 1848, se vê esparsa, sem liderança e sem força expressiva capaz de conduzir seu processo revolucionário. Entretanto, o passar dos anos e os sucessivos acontecimentos fizeram o amadurecimento do movimento operário francês se efetivar, guardando-lhe um importante papel histórico a ser desempenhado.

Marx ainda ressalta a presença de figuras como *representantes ideológicos* e porta-vozes¹¹ das classes supramencionadas a constituírem o restante da oposição oficial ao governo orleanista, sendo estes, no entanto, completamente destituídos do direito ao voto, dado que o sufrágio universal ainda não era uma realidade francesa e a política ainda era exercida pelo altos figurões burgueses.

Está traçado, portanto, o esboço do tabuleiro político posto na França de fevereiro de 1848. Essa configuração política do Estado francês estava, no entanto, prestes a mudar, uma vez que a monarquia constitucional de Luís Filipe, a fim de retomar as rédeas do governo com a Revolução de Julho, encontrava-se plenamente endividada e intimamente dependente da alta burguesia financeira.

Esta relação simbiótica entre monarquia e alta burguesia tornou-se fonte inesgotável de um aperto financeiro sempre crescente, que condicionava o direcionamento da política no sentido dos interesses do capital financeiro. A fórmula para a estabilização financeira do

¹¹ “Por fim, na oposição oficial ou inteiramente fora do *pays legal* [círculo de pessoas com direito a voto], estavam os representantes ideológicos e porta-vozes das classes mencionadas, seus literatos, advogados, médicos etc., em suma, suas assim chamadas capacidades”. (MARX, 2012, p. 29).

Estado francês foi dada por Marx¹², porém a pobre situação da economia interna francesa era de interesse do capital financeiro e a sua restauração era diametralmente contrária aos interesses burgueses.

¹² “Era impossível subordinar a administração do Estado ao interesse da produção nacional sem restaurar o equilíbrio no orçamento (...) e como restabelecer esse equilíbrio sem restringir os gastos públicos (...) sem transferir uma parte considerável da carga tributária para os ombros da própria alta burguesia?”. (MARX, 2012, p. 30).

2 CAPÍTULO 1: De fevereiro a junho de 1848.

O capítulo inicial da obra de Marx dedica-se ao período de fevereiro de 1848 até junho do mesmo ano. É neste icônico ano que, em fevereiro, o “povo”, motivado pelo sentimento geral de insatisfação que rondava a França dos não abastados, uniu as camadas não dominantes da burguesia às forças do proletariado parisiense, a fim de terminar o domínio da alta burguesia financeira sobre o Estado francês e expulsar a Monarquia de Julho da direção do Estado, proclamando o que viria a ser a Segunda República Francesa. O Levante de Fevereiro, sob a ótica burguesa, fora bem sucedido, uma vez que seus objetivos de proclamar uma república burguesa haviam sido amplamente satisfeitos.

Entretanto, sob o viés proletário, a situação não fora satisfatória, dado que sua situação não havia mudado, apenas havia trocado a figura do opressor: antes, era o aristocrata; agora, o industrial. A insatisfação operária explodiria em julho, porém, antes, convém abordar a situação sócio-política que se estabelecia na sociedade civil francesa.

Antes de se tratar do levante de fevereiro, é interessante dar um passo atrás para analisar como se dava a relação simbiótica entre a Monarquia e a alta burguesia aristocrata financeira. Simbiótico, porque a dependência do Estado *orleanista* do capital financeira, ao longo dos anos, se tornou tamanha que sua autossuficiência já não era mais possível.

“O endividamento do Estado francês era, muito antes, do interesse direto da fação burguesa que governava e legislava por meio das câmaras”. (MARX, 2012, p. 30).

É com essa frase que Marx evidencia que a pobre situação financeira do Estado era alinhando aos interesses predatórios do alto capital financeiro, uma vez que o déficit orçamentário causado pela dívida pública era o mais puro objeto da especulação promovida pela bolsa de valores mobiliários, o que tornava, portanto, o endividamento público da França sua fonte inesgotável de enriquecimento rápido, eficiente e, sobretudo, ocioso.

Karl Marx explica, de modo bem simples, como funcionava esse aparato especulatório. Para quitar a dívida pública, a cada quadriênio, em média, era feito um novo empréstimo aos bancos privados da burguesia aristocrática, a juros convenientes aos burgueses, mas não aos cofres públicos. E assim seguia-se, sucessivamente¹³.

“No fim de cada ano, um novo déficit. Decorridos de quatro a cinco anos, um novo empréstimo. E cada novo empréstimo proporcionava à aristocracia financeira uma nova oportunidade de dar o calote no Estado artificialmente

¹³ “Nos últimos anos do governo de Luís Filipe, os gastos públicos extraordinários foram duas vezes maiores que os gastos públicos extraordinários sob Napoleão”. (MARX, 2012, p. 30).

mantido no limiar da bancarrota – sendo obrigado a contrair a dívida com os banqueiros nas condições mais desfavoráveis para ele. Cada novo empréstimo tomado proporcionava uma segunda oportunidade de saquear o público que havia investido seus capitais em papéis do Estado, o que era feito mediante operações na bolsa, em cujos mistérios o governo e a maioria da câmara eram iniciados”. (MARX, 2012, p. 30).

Dessa forma, a direção dos bancos privados proporcionava à aristocracia financeira a prerrogativa de modular as formas de pagamento dos empréstimos, fixando juros convenientes ao capital, não ao Estado. Ademais, as oscilações do crédito estatal, intencionalmente provocadas pelos banqueiros, bem como a maioria legislativa na Câmara e a posse dos segredos de Estado provocavam quedas imensuráveis nos valores dos papéis estatais, o que, fulminantemente, atingia a massa de pequenos investidores que havia posto suas economias nas mãos do mercado e enriqueciam, rápida e fabulosamente, os grandes atores políticos e econômicos que ditavam os rumos da economia, afrouxando ou apertando o gargalo da dívida pública.

Igualmente como explorava a especulação de valores mobiliários, a aristocracia financeira também tinha na construção de ferrovias uma fonte importante de ganho econômico proporcionado pelo parasitismo institucional empregado. Enquanto a Câmara legislativa, composta, em sua maioria diretiva, por membros da alta burguesia, empurrava para o Estado a incumbência e o ônus financeiro e executório da construção de ferrovias ao longo do país, essa mesma alta burguesia usufruía dos contratos públicos firmados para este fim. Lucrava com o trâmite político, lucrava com a execução da obra e, depois, ainda visava o lucro exploratório do serviço público exercido por elas¹⁴.

A burguesia financeira havia tornado a máquina estatal francesa orleanista no Eldorado¹⁵ de sua classe: além de escravizar o orçamento público, a aristocracia financeira, bem como os elementos que compunham a corte da Monarquia de Julho, sugava toda e qualquer fonte de lucro que a atividade pública e sua execução poderiam oferecer.

Por fim, não bastasse todo o controle político-financeiro do Estado exercido pela aristocracia financeira, esta ainda controlava a imprensa oficial do Governo e ditava as palavras da opinião pública por meio de jornais enviesados e subsidiados. Dessa forma,

¹⁴ “Ainda há viva lembrança dos escândalos na Câmara dos Deputados, quando fortuitamente veio à tona que todos os membros da maioria, incluindo uma parte dos ministros, tinham participação acionária nas mesmas construções ferroviárias que eles, logo depois, na condição de legisladores, mandavam construir às custas do Estado. (*Idem*).

¹⁵ Eldorado é uma antiga lenda indígena da época da colonização da América que atraiu muitos aventureiros europeus. A lenda falava de uma cidade toda feita em ouro maciço, além de muitos outros tesouros escondidos em suas terras. Apesar de inúmeros esforços, nunca fora realmente encontrada.

propagava os ideais burgueses de enriquecimento ocioso e escamoteação da riqueza alheia a todas as outras esferas que compunham a sociedade civil francesa do século XIX.

Tal jogo de poder, impulsionado pelas ânsias burguesas, prorrompeu principalmente entre as lideranças da alta burguesia, a “validação irrefreável das cobiças doentias e dissolutas, que a cada instante colidiam com as próprias leis burguesas”¹⁶. É que a riqueza obtida desta maneira, em sua própria essência é “*crapuleuse*”¹⁷: a *haute bourgeoisie financière*, tanto no modo de obter seus ganhos financeiros, como no modo de desfrutar daquilo que estes ganhos têm a oferecer, é, nada mais, nada menos, que o lumpemproletariado renascido nas camadas mais altas da sociedade burguesa¹⁸.

Aos fins do ano de 1847, a França já demonstrava sinais do descontentamento geral que assolava as camadas médias de sua sociedade civil. Descontentamento com os sucessivos saques feitos pelo governo do capital financeiro às economias privadas do pequeno-médio burguês e, sobretudo, com a corrupção sistêmica que havia se institucionalizado no aparato estatal.

Enquanto a situação interna na França se anunciava à revolução, externamente ao resto da Europa ocidental a França também contribuía com o superaquecimento político de sua monarquia. Ao apoiar o saque da Cracóvia, região pertencente à Polônia, pela Áustria; ao tomar o partido da Santa Aliança na guerra civil suíça, a França anunciava à sua burguesia industrial a manutenção do *status quo* vigente. Entretanto, o desenrolar dos fatos foi um tiro no pé, ao passo que a Suíça viu seus liberais vitoriosos e, paralelamente, o levante popular em Palermo despertou a massa popular que se via em estado de transe no seio da sociedade francesa. Quando o povo se levantou em Palermo, em Paris uma chama se acendeu.

Enquanto a burguesia industrial via seus interesses em perigo, a pequena burguesia se mostrava indignada com os sucessivos atentados às suas economias privadas e se via moralmente atingida com a corrupção que impregnava o Estado, ao passo em a fantasia popular propagada pela imprensa ia sendo desmascarada e Paris se via infestada de panfletos que chamavam o povo às ruas, clamando pela restauração da República Francesa.

Marx atesta que, por fim, dois acontecimentos econômicos acirraram os ânimos e explodiram a revolta popular francesa: as doenças que assolaram as safras de 1845 e 1846 e a crise geral que se instaurou no comércio e na indústria inglesa, berço da economia capitalista

¹⁶ (MARX, 2012, p. 31).

¹⁷ MARX, 2012, p. 31. “*Crapulosa, devassa*”.

¹⁸ No vocabulário marxista, lumpemproletariado constitui termo designativo da camada flutuante do proletariado, destituída de recursos econômicos, e especialmente caracterizada pela ausência da consciência de classe.

mundial à época. Os efeitos da crise econômica inglesa tiveram efeitos ainda mais severos em terras francesas, fazendo com que o aperto da aristocracia financeira se tornasse ainda mais cruel e insuportável.

Em Paris, as consequências mais drásticas foram o despejo de uma massa de fabricantes e comerciantes que, incapazes de concorrer no plano internacional, voltaram-se ao mercado interno, levando uma massa de pequeno-burgueses (vendedores, pequenos lojistas, merceiros) à ruína. Era hora da burguesia industrial, minoria legislativa, arquitetar manobras políticas a fim de reverter a situação. Clamou-se, então, por uma reforma eleitoral, a qual visava conquistar a maioria dos representantes legislativos e, enfim, começar a por os interesses do capital industrial em primeiro plano, derrubando o chamado *Ministério da Bolsa*.

Em fevereiro de 1848, após o *clímax* da crise econômica europeia ter falido milhares de pequeno burgueses na França, a revolução tomou lugar. Diante da passividade demonstrada pela Guarda Nacional, a qual era composta por membros das classes burguesas menos abastadas, Luís Filipe se viu forçado a renunciar seu trono e dar lugar a um governo provisório que se incumbiu de organizar a Segunda República Francesa.

Erguido sob as barricadas de fevereiro, nas quais se colocaram, lado a lado, burgueses e operários¹⁹, o governo provisório fora composto pelas classes que derrubaram a monarquia. Entretanto, embora durante a luta revolucionária as classes antagônicas tenham se harmonizado, em tempos de paz, de construção de um novo Estado, seus interesses se contrapunham ferozmente. Como havia liderado o levante de fevereiro, coube à burguesia industrial a arquitetura do novo governo, composta, majoritariamente, por militantes de sua classe. Dessa forma, a pequena burguesia republicana fora representada por Ledru-Rollin e Flocon, ao passo que a burguesia industrial republicana tinha como figurões o pessoal do jornal *Le National*. Agora minoria e oposição oficial no governo, os monarquistas eram representados por Crémieux, Dupont de l'Eure entre outros e, por fim, à classe operária fora aprovada representação por duas figuras já conhecidas da burguesia: Louis Blanc e Albert²⁰.

O governo provisório, como seu próprio nome já anuncia, deveria ser *provisório*, ou seja, deveria estabelecer as bases organizacionais do novo espaço e, finalmente, dar lugar à

¹⁹ “A população operária dos bairros do leste de Paris tinha, é certo, grande participação política. Combatera em 1830, 1832, 1834 e 1839, para citar apenas as sublevações mais importantes. Era óbvio seu distanciamento da monarquia. Os operários parisienses conheciam e liam as publicações republicanas, que já começavam, no entanto, a sofrer a concorrência da imprensa socialista e comunista”. (AGULHON, 1991, p. 30).

²⁰ MARX, 2012, p. 33.

nova República que se gestava. Todavia, aos que lutaram nas barricadas de fevereiro fora negado o direito de proclamar a república: o governo provisório, sob o pretexto de agir em nome do Estado francês e, portanto, de sua maioria, protelou o estabelecimento do novo regime político em prol de novas eleições. Assim, a França deveria esperar até o próximo pleito eleitoral para que a Segunda República fosse efetivamente composta e proclamada.

Os trabalhadores, no entanto, estavam decididos a não tolerar um novo regime político no qual não teriam voz. Estavam decididos a reacender a luta pela conquista do governo pela força das armas. Eles sabiam que, embora ainda não tivesse sido proclamada, nos saguões dos palácios e das mansões burguesas a nova República de pública não tinha nada, já tendo todos seus ministérios sido repartidos entre os elementos burgueses que dirigiam aquele governo (i)legítimo, tal qual reparte-se uma pizza à mesa de jantar.

Cientes do circo político que se montava, o operariado parisiense, em 25 de fevereiro de 1848, sob a pessoa de François-Vincent Raspail, uma de suas lideranças políticas, ordenou ao governo provisório que fosse proclamada a República no prazo de duas horas, sob pena de levante armado de mais de 200 mil homens²¹.

Diante dessas circunstâncias e do fato de que uma revolta social havia acabado de acontecer, cujos cadáveres ainda estavam sendo embalsamados e as barricadas ainda decoravam as ruas de Paris, a única força que podia guarnecer os interesses e posições dos burgueses componentes do governo provisório era a Guarda Nacional, a qual não se encontrava em condições ideais para uma luta armada nas barricadas urbanas. Não havia saída à burguesia dirigente: para proteger seus interesses era necessário que a república fosse proclamada²².

“A proclamação da república com base no sufrágio universal apagou até mesmo a lembrança dos propósitos e motivos limitados que haviam feito a burguesia correr para a Revolução de Fevereiro”. (MARX, 2012, p. 34)

Com a proclamação do sufrágio universal, a república francesa, de repente, jogou toda uma massa de excluídos à órbita do poder político, convocando-os a desempenhar, pessoalmente, seu papel revolucionário na constituição do novo governo que se anunciava. Nesse interim, o proletariado francês surge como força política estruturada e partido autônomo que, ao mesmo tempo em que contribui para sua estabilização como ator político importante no cenário da época, convoca todo o resto da França (a saber, todas as camadas da

²¹ MARX, 2012, p. 34.

²² “Se em 1830 a burguesia financeira se uniu a Louis Philippe e impediu a instauração da república, em 1848 ela teve de ser proclamada, pois as palavras de ordem que emanavam das ruas eram essas e foi em nome delas que a luta havia se constituído”. (PRADO, 2015, p. 5)

nobreza e da alta burguesia financeira, industrial e comercial) a lutar contra ele, dada sua capacidade revolucionária de abalar a ordem do dia da sociedade civil francesa.

Ademais, a instituição do sufrágio universal na república francesa trouxe ao cenário político uma nova classe de atores importantes nos próximos capítulos, sobretudo na contrarrevolução conservadora arquitetada por Luís Napoleão: a massa camponesa, composta por agricultores e pequenos proprietários de terras familiares de subsistência, habitantes do interior do território francês, da *Provence* (das províncias).

Finalmente, a nova república francesa tinha como objetivo consumir o domínio da burguesia sobre o Estado francês, sendo desnecessária, agora, a figura do Rei para que o domínio do capital se estabelecesse. Dessa forma, a dominação da burguesia frente ao Estado e, conseqüentemente, à sociedade, fez com que esse domínio se mostrasse em sua forma mais pura, “derrubando a coroa atrás da qual se escondia o capital”²³.

“Assim como os trabalhadores haviam conquistado pela luta a *monarquia burguesa* nas jornadas de julho, eles conquistaram, nas jornadas de fevereiro, a *república burguesa*. Assim como a monarquia de julho fora obrigada a se anunciar como uma *monarquia rodeada de instituições republicanas*, a república de fevereiro foi forçada a se anunciar como uma *república, rodeada de instituições sociais*. O proletariado parisiense também *impôs* essa concessão.” (MARX, 2012, p. 35).

O operariado parisiense, por meio de seus porta-vozes (Marx cita Marché²⁴ como o autor da demanda), ditou, então, um decreto regulamentar que comprometia o governo provisório a assegurar e organizar o trabalho assalariado da massa de desempregados que se via jogada na rua, uma das muitas conseqüências da crise econômica dos anos anteriores. Ciente de sua posição no primeiro plano político do Estado, o proletariado forçou o governo burguês a criar um ministério próprio do trabalho, que teria por objeto a regulamentação e organização do trabalho, sobretudo, industrial urbano em Paris. Assim, após uma marcha de mais de 20 mil homens²⁵ até a sede oficial do governo provisório, no *Hôtel de Ville*, uma comissão fora, relutantemente, criada e encarregada de “descobrir os meios para o melhoramento das classes trabalhadoras na França²⁶”. Esta comissão fora nomeada de Comissão de Luxemburgo, uma vez que o Palácio do Luxemburgo fora o local designado como centro de operações, e presidida pelos dois representantes oficiais do proletariado na composição do Governo Provisório: Louis Blanc e Albert. Sobre a Comissão, é interessante

²³ MARX, 2012, p. 34.

²⁴ MARX, 2012, p. 35.

²⁵ “Uma massa de mais de 20 mil homens marchou até as portas do *Hôtel de Ville* bradando: *Organização do Trabalho! Criação de um ministério próprio do trabalho!*”. (Idem).

²⁶ *Ibidem*.

passagem da obra, na qual Marx levanta a questão do afastamento geográfico da Comissão do resto do governo oficial, desprovido de orçamento próprio e qualquer tipo real de poder executivo.

“Assim, os representantes da classe operária foram banidos da sede do governo provisório, a sua porção burguesa manteve o poder real do Estado e as rédeas da administração exclusivamente em suas mãos e, *ao lado* dos ministérios das finanças, do comércio, dos serviços públicos, *ao lado* do banco e da bolsa, levantou-se uma *sinagoga socialista* cujos sumos sacerdotes, Blanc e Albert, estavam incumbidos de descobrir a terra prometida, anunciar o novo evangelho e dar trabalho ao proletariado parisiense. Diferentemente de qualquer poder estatal profano, eles não dispunham de nenhum orçamento, de nenhum poder executivo. Esperava-se que eles derrubassem as colunas de sustentação da sociedade burguesa a cabeçadas. **Enquanto o Luxemburgo buscava a pedra filosofal, no Hôtel de Ville se cunhava a moeda corrente**”. (MARX, 2012, p. 35) (grifos não originais).

Embora a revolução de fevereiro tenha sido engendrada e executada com atuação conjunta das forças operárias e burguesas não dominantes, ela não alterou as bases do poder no Estado e na sociedade civil francesa. Ao despojar a monarquia de julho de sua coroa, não se procedeu a uma completa alteração na ordem do dia, qual seja a capitalista, de dominação do capital. O que se viu foi uma mera substituição de figuras em cargos políticos. Neste ponto da história o operariado parisiense ainda tentava, dentro da sistemática do Estado burguês condicionado pelo capitalismo, impor seus interesses ao lado dos interesses da classe dominante.

No entanto, o que a prática revolucionária ainda não lhes tinha ensinado, é que não há como superar o modelo de organização político-estatal capitalista a partir de institutos jurídicos ou reformas políticas que não alterem as bases estruturais do sistema. Desse modo, nota-se a necessariedade relacional entre direito e capitalismo²⁷ e, conseqüentemente, entre Estado e capitalismo.

Portanto, conforme constatou Evgeny Pachukanis²⁸, a superação do modelo de exploração do capital sobre o trabalho é, necessariamente, atrelada à extinção da forma jurídica²⁹, inexistindo possibilidade de superação do Estado capitalista a partir de

²⁷ MASCARO, 2015, p. 47

²⁸ PACHUKANIS, E. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

²⁹ Pachukanis atesta que só existe juridicidade dentro da ordem capitalista, tal que a forma social do direito somente se estabelece quando há circulação de mercadorias. Para que a circulação de produtos se dê de modo satisfatório aos interesses do capital, é necessário que se estabeleça um plano de igualdade entre os sujeitos capazes de participar do mercado, contraindo e firmando obrigações e contratos. É neste ponto que surge a figura do *Sujeito de Direito*, abstração criada para determinar

instrumentos e empreendimentos jurídicos, uma vez que a luta não pode ser feita a partir de “ferramentas hauridas das formas constituintes da própria dinâmica social das mercadorias”³⁰. Esta é uma das principais causas da eminente derrota de junho de 1848, no entanto, tratemos dela oportunamente.

Marx, ciente da impossibilidade das intenções do proletariado, bem como das incapacidades executivas da Comissão do Luxemburgo, dispara em tom levemente sarcástico a incongruência organizacional que se encenava.

“Organização do trabalho! Sim, mas o trabalho assalariado é a organização burguesa já existente do trabalho. Sem ela não há capital, não há burguesia, não há sociedade burguesa. Um *ministério próprio do trabalho!* Sim, mas os ministérios das finanças, do comércio e dos serviços públicos já não são os ministérios burgueses do trabalho? E, posto ao lado destes, um ministério do trabalho *proletário* só poderia ser um ministério da impotência, um ministério dos desejos piedosos, *uma Comissão do Luxemburgo.*” (MARX, 2012, p. 35).

Igualmente, paralelo à impossibilidade da revolução legalista, Marx aponta a impossibilidade de uma revolução operária “confinada dentro das paredes nacionais da França”³¹. Tal afirmação é demasiado compreensível, uma vez que o estágio de desenvolvimento econômico, industrial e comercial da França, à época, ainda era condicionado por sua posição no mercado mundial, ao passo que este, por sua vez, era condicionado pela Inglaterra. Dessa forma, mesmo que a revolução operária surtisse efeito no território francês, sem uma adesão internacional, de pouco adiantaria para a situação do proletariado como um todo.

Neste ponto de 1848, o proletariado parisiense ainda não se via capaz de engendrar sua própria revolução, muito por conta de sua incapacidade organizacional, dado que o desenvolvimento do proletariado industrial é condicionado pelo desenvolvimento da burguesia industrial, esta, por sua vez, ainda em fase de amadurecimento³². O operariado francês tinha grande adesão e poder, de fato, em Paris. O resto do país ainda não possuía uma indústria presente, sendo composto, em sua esmagadora maioria, salvo alguns bolsões isolados, por camponeses, pequenos agricultores e pequeno-burgueses. A este ponto, portanto, a luta contra o domínio do capital ainda não encontrava respaldo pleno ao longo do país, onde

aquele que pode contratar. Assim, o direito se apresenta como o elo que liga o capital e o trabalho, de modo que a forma jurídica se apresenta para constituir relações de produção capitalistas.

³⁰ MASCARO, p. 51

³¹ MARX, 2012, p. 36.

³² “*Mas a revolução de fevereiro não foi dirigida diretamente contra a aristocracia financeira? Esse fato demonstrou que não era a burguesia industrial que dominava a França*”. (Idem).

a luta contra os modos secundários de exploração pelo capital, como da hipoteca sobre o agricultor ou do grande comerciante sobre o pequeno-burguês, se via componente das reivindicações direcionadas à aristocracia financeira e, portanto, satisfeita pelo levante de fevereiro.

Prova do real conteúdo da revolução de fevereiro, a qual Marx ilustra com a chave *fraternité*³³, é que, ao passo em que o governo provisório tentava se mostrar aceitável à ampla burguesia e ao campesinato provinciano, as barbáries que a Primeira República Francesa perpetuou na história foram amenizadas pela extinção da pena de morte para os crimes políticos, bem como o exercício da liberdade de expressão à imprensa de todas as opiniões sem que, contudo, as estruturas de poder fossem essencialmente cambiadas. A administração Estatal, tal qual os tribunais e o exército continuaram, basicamente, sob controle das mesmas figuras ou, ao menos, dos mesmos interesses, enquanto que os grandes culpados pela monarquia de julho e sua administração permaneceram impunes sem responsabilização pelos atos lesivos ao Estado francês³⁴. Assim, o governo provisório se viu marcado por tentar a legitimação política optando por não abalar as estruturas consolidadas da velha sociedade civil francesa, possibilitando a articulação de uma célula proletária em sua organização, apenas para miná-la de dentro para fora, garantindo sua incapacidade de oferecer resistência à situação posta³⁵. Entretanto, enquanto no plano interno a burguesia e o governo provisório não encontravam adversário que pudesse intimidá-los, no plano internacional a situação política se mostrava conturbada, com ondas de levantes populares explodindo por todo o território ocidental europeu. Alemanha, Polônia, Áustria, Hungria, Itália entre outros começaram a agitar-se em prol dos movimentos sociais, afinal era 1848, e acabara de explodir a chamada Primavera dos Povos.

“Proclamou-se em alto e bom som para as classes privilegiadas dentro do país e para as potências despóticas no exterior que a república francesa seria de natureza pacífica. Seu lema seria “viver e deixar viver”. Ocorreu,

³³ “A fraseologia que correspondeu a essa eliminação imaginária das relações de classe foi a da *fraternité*, a confraternização e fraternidade universal. Uma abstração cômoda dos antagonismos de classe, uma nivelção sentimental dos interesses de classe contraditórios. (...) As classes estavam divididas apenas por um mal-entendido e Lamartine batizou o governo provisório no dia 24 de fevereiro de um governo que suspende esse terrível mal-entendido que existe entre as diferentes classes.” (MARX, 2012, p. 37).

³⁴ “Os republicanos do *National* se divertiam trocando os nomes e os trajes monárquicos pelos da Velha República. Para eles, a república nada mais era que um novo traje de gala para a velha sociedade burguesa”. (MARX, 2012, p. 38).

³⁵ “O proletariado parisiense, que via a república como sua própria criação, naturalmente aclamou cada ato do governo provisório que lhe facilitasse alcançar um lugar na sociedade burguesa. Voluntariamente ele se deixou usar para (...) proteger a propriedade privada em Paris; (...)”. (*Idem*).

además, que, pouco depois da Revolução de Fevereiro, alemães, poloneses, austríacos, húngaros, italianos, todos os povos começaram a se revoltar, cada um conforme sua situação imediata. A Rússia, apesar de ter se agitado, e a Inglaterra, apesar de intimidade, ainda não estavam preparadas. A República não se defrontava, portanto, com nenhum inimigo *nacional*.” (MARX, 2012, p. 38).

A paz traz a estabilidade, enquanto que a estabilidade afrouxa as defesas e cria o falso sentimento de superioridade. A falta de resistência por parte de qualquer setor oprimido fez com que o governo provisório relaxasse a República, destituindo-a de seu ideal revolucionário e condicionando-a tão somente a adaptar-se às condições da sociedade civil burguesa e consolidar a manutenção do *status quo* burguês. Entretanto, a crise financeira de 1847 ainda surtia efeitos sobre a economia francesa, somando-se isto aos custos de fevereiro, cujo direcionamento fora preciso contra a aristocracia financeira: os banqueiros, detentores do capital financeiro privado que financiava a velha monarquia de julho. A velha simbiose capital financeiro/Estado logo se anunciava novamente, ao passo que o governo provisório passou a empenhar-se cada vez mais em anunciar-se burguês e retirar qualquer sombra de desconfiança que o capital financeiro e seus mestres pudessem ter sobre ele.

“O crédito privado e crédito público são o termômetro econômico que permite medir a intensidade de uma revolução. *Na mesma proporção em que aqueles caem, sobem o ardor e a fecundidade da revolução.*” (MARX, 2012, p. 39).

A situação financeira do Estado se tornara insustentável ao ponto de o governo provisório deixar-se curvar à solução imediata mais nociva à sua estabilidade: a decretação de um novo imposto. Era impossível continuar com a administração financeira do modo como a velha monarquia costumava fazer, porém não havia dinheiro em caixa para quitar o déficit financeiro causado pelas desacreditações dos bancos privados à República, bem como o custo da Revolução de Fevereiro ainda estava pendente e deveria recair sobre os ombros de alguém. No entanto quem? Da alta burguesia financeira, a quem o governo tentava de todo modo convencer de sua fraternidade classista? Jamais. Então caberia ao proletariado arcar com os custos do financiamento da nova República? Ora, no calor de fevereiro, com armas *quase* à mão, sob os encantos da ilusão fraternalista, a qual hipnotizava a massa operária, não seria prudente desestabilizar uma *pax social* conquistada à tão pouco e tão indomada. Quem custearia o novo Estado então? Restou a massa provinciana. O campesinato.

Jacques, le bonhomme entra em cena para arcar com os custos do governo de fevereiro de forma direta, sob o título de *imposto dos 45 centimos*. Enquanto o proletariado era iludido pela imprensa burguesa de que este novo imposto recairia sobre os grandes latifúndios e seus

proprietários, ele recaiu, sobretudo, à custa da massa campesina, ao passo que esta, passou a voltar-se contra o proletariado parisiense por acreditar que ele se enriquecia às suas expensas³⁶. Neste ponto, o camponês provinciano se anuncia como contrário à república que lhe roubava o sustento e é nele que a contrarrevolução engendrada por Luís Bonaparte, posteriormente, encontrará o substrato necessário para alçar-se ao Poder. No entanto, tratemos disto oportunamente.

A partir deste ponto, então, o governo provisório despe-se de todas suas máscaras progressistas, se é que algum dia elas existiram de fato, e volta-se diretamente contra o proletariado parisiense, anunciando aquele que seria o primeiro grande embate *de fato* entre as duas grandes classes sociais presentes na sociedade humana contemporânea. Ao passo em que o crédito se tornava o totem de sustentação do novo governo burguês, toda e qualquer promessa de concessão à classe trabalhadora passa a ser vista como atentado à ordem burguesa e à moral tradicional, pois, mesmo que em mera fraseologia, a possibilidade de concessões trabalhistas afetava seriamente a instauração do crédito financeiro que a República costurava com os velhos judeus da bolsa, os quais, por sua vez, demandavam a manutenção do estado de coisas para a concessão do crédito ao Estado. Por isso, a ordem do dia passou, então, a não ser outra senão extinguir qualquer pretensão trabalhadora de alteração da ordem vigente.

Como a fevereiro havia expulsado o exército real de Paris, o governo provisório passou, então, a depender apenas da Guarda Nacional para a defesa de seus interesses. Passou, portanto, a inaugurar novas companhias da Guarda e a integrar, em suas filas, milhares de jovens de quinze a vinte anos oriundos da camada mais baixa do proletariado urbano: o *lumpemproletariado*³⁷, uma massa de pessoas que se distinguem do proletariado ativo justamente pela sua ausência de consciência de classe e intenção de alteração do *status quo* imposto pela sociedade civil.

³⁶ “O imposto dos 45 cêntimos representou uma questão de sobrevivência para o agricultor francês; ele fez disso uma questão de sobrevivência da república. Para o agricultor francês, a *república* era, a partir daquele momento, *o imposto de 45 cêntimos*, e ele vislumbrou, no proletariado parisiense, o esbanjador que se enriquecia às suas custas.” (MARX, 2012, p. 41).

³⁷ “uma massa que se distinguia claramente do proletariado industrial e na qual eram recrutados ladrões e criminosos de todo tipo, que viviam das sobras da sociedade, gente sem trabalho fixo, vadios, *gens san feu et sans aveu* [gente sem teto], distinguindo-se de acordo com o nível de educação da nação à qual pertenciam, mas nunca renegando seu caráter lazarônico; na jovem idade em que o governo provisório os recrutou, eram perfeitamente influenciáveis, capazes dos maiores heroísmos e da mais exaltada abnegação, bem como do mais ordinário banditismo e da mais nojenta venalidade. O governo lhes pagava um franco e cinquenta cêntimos por dia, isto é, ele os comprava. Ele lhes deu um uniforme próprio, isto é, diferenciou-os exteriormente da blusa [usada pelos trabalhadores]”. (MARX, 2012, p. 42).

Assim, o proletariado industrial parisiense, de repente, deparou-se contra milhares de homens da Guarda Móvel, incluindo seus novos recrutas, e viu neles sua própria força revolucionária. No entanto, por mais propensos à causa operária que à burguesa, pela sujeição do trabalho ao domínio do capital, a nova força de defesa burguesa era comprada pelo Estado e, devido à baixa idade dos recrutas, sofria uma lavagem cerebral intensa de modo a alterar seus valores e sua consciência de classe.

Ademais à situação da Guarda Móvel, somou-se a questão dos Ateliês Nacionais. Existia um projeto tramitando pela Comissão do Luxemburgo nomeado de Ateliês Nacionais, os quais seriam grandes oficinas populares que empregariam centenas de trabalhadores ociosos, pregada por Louis Blanc. Usando do mesmo nome, o Governo Provisório instituiu uma forma de agregar milhares de trabalhadores da indústria em torno de si: criou Ateliês Nacionais que nada mais eram versões francesas das inglesas *Workhouses*: o emprego da massa trabalhadora desempregada para a realização de tarefas improdutivas, como a remoção de terra, por salários módicos de 23 *sous*³⁸. Pensando em organizar um exército que lutaria por sua causa, a burguesia, como se verá mais tarde, acabou por fazer exatamente o contrário, organizando uma massa operária que agiria de acordo com sua própria consciência e interesse de classe.

“O próprio governo divulgou às escondidas o boato de que esses Ateliês Nacionais seriam uma invenção de Louis Blanc e isso tinha certa credibilidade pelo fato de ele, Louis Blanc ser membro do governo provisório. E nessa confusão meio ingênua, meio intencional da burguesia parisiense, na opinião artificialmente suprida da França e da Europa, essas *workhouses* constituíam a primeira concretização do socialismo, que com elas foi exposto à execração pública. Não por seu conteúdo, mas por sua designação, esses *Ateliês Nacionais* constituíam o protesto corporificado do proletariado contra a indústria burguesa, o crédito burguês e a república burguesa. Sobre eles se avolumou, portanto, todo o ódio da burguesia. Ao mesmo tempo, ela identificou neles o ponto contra o qual poderia dirigir seu ataque, assim que tivesse força suficiente para romper abertamente com a Revolução de Fevereiro.” (MARX, 2012, p. 43).

A batalha entre as classes se anunciava, ao ponto de a burguesia, seja ela a pequena ou a grande, vislumbrava nesses Ateliês que eles mesmos haviam criado para tentar implantar a ordem, como haviam feito na Guarda Móvel com os jovens, todo o mal que ameaçava tirar-lhes tudo o que haviam conquistado em Fevereiro. Doutro lado, o proletariado via esses mesmos Ateliês como a obra máxima da degradação humana proporcionada pela exploração do trabalho pelo capital e, inflado pelos boletins e informações que chegavam dos Povos da Europa que sofriam os reflexos de Fevereiro e ainda expurgavam seus males, demonstrando a

³⁸ MARX, 2012, p. 42.

força do operariado organizado, atiçava cada vez mais os ânimos inflamados dos revolucionários trabalhadores franceses.

Em março e abril de 1848, dias 17³⁹ e 16⁴⁰, respectivamente, a república burguesa vislumbrou a grande luta que se mostrava num futuro não tão distante quanto seus dirigentes imaginavam. Maio tomava forma.

Em quatro de maio de 1848 se reuniu, então, a Assembleia Nacional, cuja composição fora dada por forma de eleições diretas proporcionadas pela institucionalização do sufrágio universal. E mais uma vez a burguesia reacionária viu que sua ação política trouxe resultados contrários aos pretendidos.

O sufrágio universal possibilitou a demonstração política dos mais diversos estratos componentes da sociedade burguesa, explodindo o cenário político com o povo real que vivia na França, não o povo que a burguesia imaginava que partilhava de seus interesses⁴¹. Apesar

³⁹ “O dia 17 de março revelou a situação ambígua do proletariado, que não lhe permitia partir para uma ação mais resoluta. Originalmente, a sua ação demonstrativa visou colocar o governo provisório de volta nos trilhos da revolução, conseguir, dependendo das circunstâncias, a exclusão de seus membros burgueses e forçar o adiamento das eleições para a Assembleia Nacional. Porém, no dia 16 de março, a burguesia, representada pela Guarda Nacional, fez uma demonstração hostil ao governo provisório. Aos gritos de “*A bás Ledru-Rollin!*” [Abaixo Ledru-Rollin!], ela convergiu para o *Hôtel de Ville*. Com isso, no dia 17 de março, o povo foi obrigado a bradar: “Viva Ledru-Rollin! Viva o governo provisório!”. Ele foi obrigado a tomar partido *contra* a cidadania e a favor da república burguesa, que lhe parecia estar sendo questionada. O dia 17 de março se desmanchou em uma cena melodramática e, embora o proletariado parisiense uma vez mais tenha dado nesse dia uma mostra de sua tremenda força, a burguesia dentro e fora do governo se mostrou tanto mais decidida a quebra-la”. (MARX, 2012, p. 43).

⁴⁰ “O dia 16 de abril foi um *mal-entendido* armado pelo governo provisório em conluio com a burguesia. Os trabalhadores haviam se reunido em grande número no Campo de Marte e no Hipódromo para preparar as suas eleições para o estado-maior da Guarda Nacional. De repente, se espalhou por toda a cidade de Paris, de uma extremidade à outra, com a rapidez de um raio, o boato de que os trabalhadores teriam se reunido em armas no Campo de Marte para, sob a liderança de Louis Blanc, Blanqui, Cabet e Raspail, marchar contra o *Hôtel de Ville*, derrubar o governo provisório e proclamar um governo comunista. Uma mobilização gera, foi convocada – Ledru-Rollin, Marrast e Lamartine disputaram mais tarde a honra pela iniciativa – e em questão de uma hora 100 mil homens estavam em armas, todos os pontos do *Hôtel de Ville* haviam sido ocupado por integrantes da Guarda Nacional, o brado: “Abaixo os comunistas! Abaixo Louis Blanc, Blanqui, Cabet e Raspail!” retumbou por toda Paris e o governo provisório foi reverenciado por um sem-número de comitativas, todas dispostas a salvar a pátria e a sociedade. Quando os trabalhadores, por fim, apareceram diante do *Hôtel de Ville* para entregar ao governo provisório uma coleta patriótica que haviam reunido no Campo de Marte, tomaram conhecimento, estupefatos, de que a Paris burguesa havia derrotado a sua sombra em um combate simulado e cuidadosamente arquitetado. O terrível atentado de 16 de abril forneceu o pretexto *para convocar o exército de volta a Paris* – o único propósito da comédia toscamente encenada – e para as demonstrações federalista reacionárias das províncias.” (MARX, 2012, p. 44).

⁴¹ “Eles vislumbavam em toda a França, ao menos na maioria dos franceses, *citoyens* [cidadãos] com os mesmos interesses, com a mesma noção das coisas etc. (...) Em lugar do seu povo *imaginário*, as eleições trouxeram à luz do dia o povo *real* (...)” (*Idem*).

disso, a maioria que se reuniu em quatro de maio era burguesa republicana do *National*, então o que se viu foi, claramente, toda a França se juntou contra o proletariado e proporcionou à Assembleia que rompesse com a ilusão fraternal criada pela vitória de fevereiro.

Estabelecida a Assembleia Nacional Constituinte, incumbida de formalizar a nova Constituição Republicana, todos seus esforços, primeiramente, concentraram-se em neutralizar os avanços sociais do proletariado extinguindo a Comissão do Luxemburgo e desfazendo qualquer ilusão de uma nova organização ministerial do trabalho.⁴²

No entanto, o proletariado parisiense, que tinha lutado ativamente contra a monarquia de julho em fevereiro, não se via como mero coadjuvante na progressão histórico-político da França. O proletariado se via como vencedor da batalha de fevereiro, portanto se via em direito de fazer reivindicações ativas ao governo provisório e à Assembleia Nacional e não iria se mostrar inerte frente aos ataques políticos que sua classe se via vítima. Assim, é feita a constatação fundamental dos acontecimentos de 1848: a única maneira de o proletariado se ver livre das amarras da exploração burguesa era se voltar de vez contra os opressores e fazer a revolução completa no cenário político francês. Era preciso que a ordem burguês-capitalista fosse colocada em cheque e, o grande embate entre as classes antagônicas se anunciava em maio.

“Os proletários se consideraram com razão os vitoriosos do mês de fevereiro e fizeram as reivindicações ativas de quem obteve a vitória. Eles precisavam ser vencidos nas ruas; era preciso mostrar-lhe que seriam derrotados assim que deixassem de lutar *com* a burguesia e passassem a lutar *contra* a burguesia. Assim como a república de fevereiro com suas concessões socialistas exigira uma batalha do proletariado unido com a burguesia contra o reinado, uma segunda batalha se fazia necessária para divorciar a república das concessões socialista, para talhar a *república burguesa* oficialmente como dominante. A burguesia foi obrigada a contestar as exigências do proletariado de armas nas mãos. E o verdadeiro local de nascimento da república burguesa não é a *vitória de fevereiro*, é a *derrota de junho*.” (MARX, 2012, p. 46).

Dessa forma, os ataques da burguesia *via* Assembleia Nacional contra a massa operária foram se acentuando, sob a forma de decretos desafiadores que proibiam a associação dos trabalhadores, que passaram a reunir-se sob a proteção das sombras que as vielas da Paris medieval, cujo desenho era favorável aos trabalhadores na luta urbana que se anunciava, dado sua organização irregular que proporcionava bons locais para a montagem das barricadas.

⁴² “(...) ministro Trélat, “Só o que falta fazer ainda é *reconduzir o trabalho Pas suas antigas condições*”. (MARX, 2012, p. 45).

Além das proibições executivas, o foco da Assembleia eram os Ateliês Nacionais. O acesso ao trabalho maçante proporcionado pelos ateliês foi dificultado pela burguesia dirigente, o salário fora diminuído, trabalhadores não nascidos em Paris eram deslocados para lugares remotos entre outras medidas excepcionais foram implementadas, até que, o estopim se deu em 21 de junho, quando fora estabelecido que todos os trabalhadores solteiros deveriam ser expulsos dos Ateliês ou deveriam se alistar ao exército francês.

Dessa forma estava estabelecido que a ou revolta explodiria ou a massa operária iria perecer de fome. Foram duas investidas do proletariado parisiense contra a burguesia dirigente da Assembleia Nacional. Em 15 de maio, o movimento operário organizou uma investida contra a Assembleia Nacional que, no entanto, acabou frustrada⁴³ e, novamente e, finalmente, em 22 de junho de 1848 a resposta proletária seria dada em alto e bom tom à burguesia dominante: durante cinco dias, travou-se a “primeira grande batalha entre as duas classes que dividem a sociedade moderna. Travou-se a batalha pela preservação ou pela destruição da ordem burguesa. O véu que encobria a república foi rasgado”. (MARX, 2012, p. 46).

Entretanto, pela forma como fora condicionada a revolta, forçosamente impelida, ela já escancarava sua condenação. Sem liderança⁴⁴, sem planejamento, com uma organização pouco concisa, a revolta de junho estava fadada ao insucesso⁴⁵. Porém, com a derrota veio o aprendizado e com o aprendizado veio a organização e o foco para as lutas que ainda viriam.

Em 29 de junho de 1848, Marx publicou texto na *Nova Gazeta Renana* sobre a derrota de junho.

“O derradeiro resto oficial da Revolução de Fevereiro, a Comissão Executiva, desfez-se como névoa diante da seriedade dos acontecimentos. Os fogos de artifício de Lamartine se transformaram nos foguetes incendiários de Cavaignac. A *fraternité*, a fraternidade das classes antagônicas, em que uma explora a outra, a *fraternité*, proclamada em fevereiro, inscrita com grandes letras nas fachadas de Paris, em cada prisão, em cada caserna, tem como expressão verdadeira, genuína e prosaica a *guerra civil*, a guerra civil na sua feição mais terrível, a guerra do trabalho contra o capital. Essa fraternidade flamejou de todas as janelas de Paris ao anoitecer do dia 25 de junho, quando a Paris da burguesia se iluminou enquanto a Paris do proletariado ardia em chamas, se esvaía em sangue e

⁴³ “Primeiro em 15 de maio quando invadiu a sede da Assembleia Nacional, tentando intimidar os parlamentares burgueses e dissolver a Assembleia para construir um novo governo. Foram contidos pela Guarda Nacional e o resultado prático foi o encarceramento de todos os líderes da classe operária, entre eles: Blanqui, Albert, Barbés, entre outros.” (PRADO, 2015, p. 110).

⁴⁴ MARX, 2012, p. 46.

⁴⁵ “Todas as pessoas que haviam sido socialistas haviam sido acusadas de participação nas conspirações e revoltas (...) A República fizeram em abril suas primeiras vítimas, em maio seus primeiros prisioneiros, em junho seus primeiros exilados.” (AGULHON, 1991, p. 80).

gemia de dor. A fraternidade durou exatamente o mesmo tempo que o interesse da burguesia esteve irmanado com o interesse do proletariado. Os adeptos pedantes da velha tradição revolucionária de 1793, os sistemáticos socialistas, que mendigavam junto à burguesia em favor do povo e que obtiveram a permissão para proferir longas prédicas e comprometer-se pelo tempo que fosse necessário embalar o leão proletário em seu sono, os opositoristas dinásticos, que o acaso incumbiu da derrubada de uma dinastia em vez de uma troca de ministros, os legitimistas, que não queriam despir a *livre-é* [farda], mas apenas modificar seu corte: esses foram os aliados com que o povo efetivou o seu fevereiro. [...] A Revolução de Fevereiro foi a revolução *bela*, a revolução da cordialidade geral, porque os antagonismos que nela explodiram contra o reinado dormitavam lado a lado em harmonia, *não desenvolvidos*, porque a luta social que formava o seu pano de fundo apenas ganhara uma existência fugaz, a existência da fraseologia, da palavra. A *Revolução de junho* é a revolução *feia*, a revolução repugnante, porque o fato tomou o lugar da fraseologia, porque a república pôs à mostra a cabeça do próprio monstro, tirando-lhe a coroa protetora e dissimuladora. – *Ordem!* Foi o grito de guerra de Guizot. *Ordem!* Gritou Sébastiani, o guizotista, quando Varsóvia se tornou russa. *Ordem!* Gritou Cavaignac o eco brutal da Assembleia Nacional francesa e da burguesia republicana. *Ordem!* Rimbombavam suas metralhas ao rasgarem o corpo do proletariado. Nenhuma das numerosas revoluções da burguesia francesa desde 1789 representara um atentado contra a *ordem*, pois todas deixaram a ordem *burguesa* intacta, por mais que a forma política desse domínio e dessa escravidão tivesse mudado. O mês de junho tocou nessa ordem. Ai desse junho! (*Neue Rheinische Zeitung*, 29 de junho de 1848. MARX, 2012, p. 47).

Desse excerto é possível constatar alguns fatores que tornaram junho de 1848 primordial para a luta operária. Primeiramente, atesta-se que a revolução de junho, diferentemente da de fevereiro, se mostra como uma revolta intencionada ao rompimento total com a ordem burguesa, algo que nunca havia sido colocado em prática, dado que nunca antes na história havia-se questionado a ordem burguesa. Outro fato que se mostra de suma importância em junho, é que ele possibilitou o esclarecimento da massa dominada ao romper com as ilusões que fevereiro havia criado, escancarando o domínio do capital e a exploração burguesa que, antes, se via mascarada pela monarquia de julho.

Como consequências da derrota proletária em junho de 1848, a burguesia francesa se viu isolada no cenário político, dado o breve afastamento do operariado a consolidação de sua ditadura do capital. Sem adversários ideológicos capazes de frear o avanço do domínio do capital, essa ditadura burguesa, aos poucos, foi se tornando um terrorismo burguês. Esse fenômeno proporcionou, segundo Marx⁴⁶, a adesão crescente dos estratos intermediários da sociedade francesa, como o pequeno burguês e o campesinato, aos ideais propagados pelo movimento operário, fazendo com que, da mesma forma em que antes esses estratos sociais

⁴⁶ MARX, 2012, p. 48.

viam na vitória do proletariado sua ruína, agora, vislumbravam que, com sua derrota, seus destinos não seriam diferentes. Assim, houve uma crescente adesão ideológica dos substratos médios aos ideias proletários.

Outra consequência fora o anúncio que a França deu à Europa: “O húngaro não será livre, nem o polonês, nem o italiano serão livres enquanto os trabalhadores permanecerem escravos!”⁴⁷. A derrota de junho escancarou aos trabalhadores europeus a necessidade de implementação de uma luta generalizada e internacional da massa proletária contra o capital burguês como um todo. A luta na França reverberou a necessidade de união de todos os partidos dos trabalhadores de todas as regiões para a superação da exploração do trabalho pelo capital, constatando que a vitória só seria atingida com a extinção da dominação e da exploração em todos os cantos do mundo.

É dessa forma que a derrota de junho constitui, de forma imprescindível, a base ideológica e temporal para as lutas de classe que estavam por vir, tanto em território francês, como em nível internacional. Somente com a derrota de junho é que foi possível à França colocar-se na dianteira da iniciativa por uma revolução operária europeia.

“Só depois de mergulhada no sangue dos *insurgentes de junho* a tricolor se transformou na bandeira da revolução europeia – na *bandeira vermelha!* E nós bradamos: *A revolução está morta! – Viva a revolução*”. (MARX, 2012, p. 49).

O que se tem até aqui, portanto, é um 1848 dividido em dois momentos de tensão: fevereiro e junho. Em fevereiro a revolução é marcada pela ação revolucionária conjunta das duas classes sociais antagônicas que se unem contra a figura autoritária da Coroa sob o pretexto do republicanismo e da democracia⁴⁸. Após a vitória de fevereiro, eliminado o inimigo comum, o proletariado passa a ser alvo dos ataques da burguesia agora governante. Sob a sanção do governo provisório, de cuja composição dirigente fora excluído o operariado, a burguesia institui sua república burguesa e institucionaliza o domínio do capital, escancarando sua verdadeira face e demonstrando como a ordem do dia não havia sido alterada com a queda da monarquia. Em junho, após sucessivos ataques da Assembleia Nacional burguesa, o proletariado, já vítima dos acontecimentos de maio que encarceraram sua liderança, se vê forçado ao levante contra a opressão burguesa-estatal e é massacrado. Mas fica demonstrado que uma vitória em junho era impossível e que a derrota surtira efeitos

⁴⁷ *Idem.*

⁴⁸ “Na sua ingenuidade, a classe operária e seus líderes imaginavam que com a queda de Louis Philippe, toda a burguesia havia deixado o poder e que a república era o terreno da igualdade, da liberdade e da fraternidade.”. (PRADO, 2015, p. 111).

de aprendizado à classe operária, de modo a fomentar a organização interna do proletariado francês ao mesmo que tempo em que se apresentava ao resto do mundo como modelo de luta pela superação da exploração e da opressão do trabalho pelo capital.

3 CAPÍTULO 2: junho de 1848 a junho de 1849.

Após os acontecimentos do levante de junho, todo o poderio revolucionário do proletariado se vira esfacelado pelo dismantelamento de sua liderança e pela derrota sofrida nas ruas. Entretanto, conjuntamente ao declínio do partido operário, quem se viu despido de seu poder político foi a pequena burguesia republicana-democrática. Cabe aqui, entretanto, um breve alerta: como já exposto, Marx evidencia as tensões existentes dentro de uma mesma classe social ilustrando os blocos de interesses como *facções*: o que se tem aqui, portanto, são duas facções (republicanos burgueses – alta burguesia industrial dirigente; republicanos democráticos – pequenos burgueses com representação minoritária na Constituinte) de uma mesma classe social que, na falta de um inimigo comum (proletariado), voltavam-se uma contra a outra na disputa pelo Poder estatal.

Aliados à burguesia dirigente, os republicanos democráticos se voltaram contra o proletariado em junho. Tal manobra, no entanto, se mostrou como um verdadeiro tiro no pé, ao passo em que, após a derrota operária, a burguesia republicana tricolor se voltava contra eles, não de modo armado, mas de modo político, excluindo cada vez mais sua representatividade na Comissão Executiva e relegando sua liderança a meros papéis coadjuvantes na construção da República.

É importante destacar que, ao tomar o poder, a burguesia republicana passou a cada vez mais se assemelhar à aristocracia monarquista financeira, ao ponto de, em se tratando de sustentar a forma da república burguesa, eles, os republicanos, puderam dispor da aliança da burguesia democrática, a baixa burguesia comercial. Entretanto, quando se tornava ao conteúdo da fala dos republicanos, nem mesmo seu modo de falar os distinguiu mais dos monarquistas, porque, conforme Marx, “os interesses da burguesia, as condições materiais de seu domínio classista e de sua exploração classista perfazem o conteúdo da república burguesa”⁴⁹.

“Desse modo, eles próprios explodiram o pano de fundo, diante do qual seu partido se destacou como poder, pois a pequena burguesia só é capaz de manter a sua postura revolucionária contra a burguesia enquanto o proletariado estiver por trás dela.” (MARX, 2012, p. 51).

A pequena burguesia democrática, ao posicionar-se contra os insurgentes de junho se via em posição incômoda, pois, mesmo que negassem veementemente, suas semelhanças se aproximavam mais daqueles a quem lhe enfrentavam do que àqueles que defendiam. Ao pregarem pela manutenção da propriedade, não era deles essa propriedade; ao pregarem pela

⁴⁹ (MARX, 2012, p. 52)

manutenção e restauração do crédito, este se provara mais predador ao devedor inadimplente do que facilitador da economia. Assim, os pequenos burgueses, amargamente, reconheceram assustados que, ao abaterem os trabalhadores da linha de frente do embate classista, eles estavam se entregando sem resistência às mãos de seus credores, os alto-burgueses, figurando como próximos na fila do abate capitalista.

“atrás da barricada estavam os clientes e os devedores da boutique, ao passo que, diante dela, estavam os seus credores. Mas, depois que as barricadas foram derrubadas e os trabalhadores destruídos, os lojistas correram inebriados pela vitória às suas lojas e se depararam com a barricada posta na entrada destas por um redentor da propriedade, por um agente oficial do crédito, apresentando-lhes mensagens ameaçadoras: *promissória vencida! Aluguel atrasado! Hipoteca vencida! Boutique falida! Boutiquier arruinado!*”. (MARX, 2012, p. 54).

Ao pregarem pela manutenção da propriedade, não era deles essa propriedade; a pregarem pela manutenção e restauração do crédito, este se provara mais predador ao devedor inadimplente do que facilitador da economia. Assim, os pequenos burgueses, amargamente, reconheceram assustados que, ao abaterem os trabalhadores da linha de frente do embate classista, eles estavam se entregando sem resistência às mãos de seus credores, os alto-burgueses, figurando como próximos na fila do abate capitalista.

Instaurada a Assembleia Nacional Constituinte, tão logo a burguesia republicana já dominava todas as camadas de composição do Estado (burguês) francês. Seu governo Executivo fora logo encabeçado pelo general que suprimira o terrorismo insurgente de junho, Saul Cavaignac, ao passo em que a própria Assembleia tinha como presidente permanente o redator-chefe do jornal *National*, reduto do conservadorismo republicano burguês da época. Assim, o primeiro ato desta Assembleia burguesa fora a instauração de uma Comissão de Inquérito incumbida de processar e julgar os culpados pelo levante junino que, sumariamente incriminados, se viram condenados à prisão ou ao exílio sem o devido processo legal, nem tampouco uma sentença legítima.

“O primeiro ato da Assembleia Nacional Constituinte foi a instalação de uma Comissão de Inquérito a respeito dos eventos do mês de junho e do dia 15 de maio e a respeito da participação dos chefes de partido socialistas e democráticos nessas datas. O inquérito foi diretamente dirigido contra Louis Blanc, Ledru-Rollin e Caussidière. Os republicanos da burguesia ardiam de impaciência para se livrar desses rivais. E não poderiam ter confiado a execução de seu rancor a ninguém mais apropriado do que ao sr. Odilon Barrot, o ex-chefe da oposição dinástica, o liberalismo corporificado, a *nullité grave* [a nulidade de peso], a superficialidade profunda, que não tinha só uma dinastia a vingar, mas também uma conta a cobrar dos revolucionários por uma gestão malograda como primeiro-ministro. Essa era a maior garantia de sua inexorabilidade. Esse Barrot foi, portanto, nomeado

presidente da Comissão de Inquérito e construiu um processo completo contra a Revolução de Fevereiro¹⁷, que se resume da seguinte maneira: *17 de março = manifestação; 16 de abril = complô; 15 de maio = atentado; 23 de junho = guerra civil!* Por que ele não estendeu as suas investigações eruditas e criminalísticas até o 24 de fevereiro? O *Journal des Débats* respondeu: o 24 de fevereiro é a data da fundação de Roma. A origem dos Estados se dilui em um mito que deve ser crido e que não pode ser colocado em discussão. Louis Blanc e Caussidière foram entregues aos tribunais. A Assembleia Nacional terminou a sua própria limpeza, iniciada já no dia 15 de maio.” (MARX, 2012, p. 53).

Após os procedimentos legais tomados em relação aos operários, o foco, como já destacado, voltara-se aos pequeno-burgueses: a instauração de um novo imposto sobre o capital imobiliário, sob a forma de um imposto hipotecário, notadamente direcionado à redistribuição financeira das propriedades burguesas fora rejeitado pela Assembleia republicana, ao mesmo tempo em que fora revogada a lei que limitava a jornada diária de trabalho em dez horas. De outro lado, fora reintroduzida a prisão por dívida, bem como fora estabelecido a necessidade de alfabetização para a admissão aos júris populares. Nota-se, portanto, a crescente desestruturação política do Estado voltada à dominação do capital industrial sobre o pequeno-capital parisiense. É nítido que o caminho percorrido pela Assembleia Nacional Constituinte na institucionalização da nova República culminaria na deturpação do sufrágio universal recém-promulgado.

Diante da massa de papéis vencido em Paris e da crise financeira que perdurava, a Assembleia Nacional promoveu uma grande pesquisa comercial a fim de atestar aqueles comerciantes que se encontravam em crise devido, exclusivamente, à revolução de fevereiro. Dessa forma, aqueles que tinham suas dívidas constituídas antes do levante não possuiriam desculpas para o não pagamento dos alugueis e das dívidas. Doutro modo, a massa comerciante também decidiu promover sua própria pesquisa acerca dos débitos burgueses até a data de 24 de fevereiro de 1848. Eles exigiam da Assembleia uma solução facilitadora à sua condição econômica, com prazos para pagamento favoráveis e liquidação das dívidas a porcentagens moderadas.

Travada no âmbito da própria Assembleia, como medida legislativa, os pequeno-burgueses sentiram sua posição política desfavorável e tremeram diante da temerosa Assembleia, culminando na modificação fundamental dos acordos obrigacionais propostos e escancarando, ainda mais, a face pútrida da República Burguesa.

“Portanto, na Assembleia Nacional, os representantes dos pequeno-burgueses há muito tempo já haviam sido repelidos pelos representantes republicanos da burguesia quando essa ruptura parlamentar chegou a ser traduzida em seu sentido econômico real e burguês, ou seja, quando os

pequeno-burgueses na qualidade de devedores foram entregues nas mãos dos burgueses na qualidade de credores. Grande parte dos primeiros foi levada à ruína completa e o restante só pôde continuar tocando seu negócio sob condições que os transformavam em servos incondicionais do capital.” (MARX, 2012, p. 55).

O cenário político na França nos meses de agosto e setembro de 1848 estabelece-se, primeiramente, pela rejeição aos acordos amigáveis que possibilitariam à pequena-burguesia a condução de seus negócios. Em setembro, no entanto, mediante eleições representativas, surge a figura de Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho da famigerada figura do século XVIII, eleito representante de Paris juntamente ao comunista Raspail⁵⁰ e o burguês orleanista Fould. Dessa forma, nota-se que a representatividade operária, ainda que tímida fora suficiente para eleger, legitimamente, um representante de sua classe, ao passo em que a burguesia, já não mais dotada da máscara republicana de outrora, elegia como representante de sua classe uma figura que, embora burguesa, remetia à monarquia de Luís Filipe.

Assim, declaradamente se contrapunham de um lado a sociedade francesa com Bonaparte, Raspail e Fould, de outro a Assembleia Nacional Constituinte, representada pelo chefe da função executiva do Estado, Saul Cavaignac.

Saul Cavaignac apresentava-se como a figura do general ditador que representava a ordem burguesa e a dominação do capital. Ele, nas palavras de Marx⁵¹, “não representava a ditadura da espada sobre a sociedade burguesa, mas a ditadura da burguesia por meio da espada”. Desta forma, servia apenas para consolidar o modo de exploração que persistia desde os tempos monárquicos, representando uma função executiva firme. Doutro lado, despontava Luís Napoleão, ou Luís Bonaparte, representando exatamente aquilo que seu nome propunha e escancarava: uma cópia mal feita da figura histórica que o sobrenome representava, cuja pessoa era demasiado pequena para a grandeza do título que ostentava. Entretanto, neste ponto, o movimento conservador monárquico encontrou forças para, novamente, lançar-se no cenário político nebuloso que a Assembleia Nacional Constituinte proporcionava.

Embora tenha sido promulgada, finalmente, em 12 de novembro de 1848, a Constituição, carta jurídico-política tão almejada pelos atores políticos da época, já havia sofrido diversas modificações quanto a seu conteúdo textual. Apesar do que fora positivado, a primeira versão da Carta fora fruto dos levantes de junho, contendo como mote principal o reverenciado “*droit au travail*” [direito ao trabalho], cujo propósito precípuo era uma nova organização institucional do trabalho, “primeira fórmula desajeitada, que

⁵⁰ MARX, 2012, p. 55.

⁵¹ MARX, 2012, p. 56.

sintetizava as reivindicações revolucionárias do proletariado”.⁵² Essa fórmula, no entanto, fora transformada em “*droit à l’assistance*”, direito à assistência social, de modo a coadunar com as constantes quebras de promessas burguesas feitas à classe operária, pois “por trás do direito ao trabalho estava a Insurreição de Junho”⁵³.

A Assembleia Constituinte burguesa que declarou o proletariado como fora da lei, obrigatoriamente se viu compelida a expurgar qualquer leve fragrância de sua existência, excluindo da Constituição qualquer formulação por ele proposta, ou seja, “a anatematizar o direito ao trabalho”⁵⁴. No entanto, a maior contradição presente nessa Constituição burguesa é, de fato, a inclusão do sufrágio universal, uma vez que, ao possibilitar a ampla participação eleitoral, a alta burguesia constituinte dotou de poder político as classes cuja sua escravidão social visa eternizar: o proletariado, os pequeno-burgueses, os camponeses.

Sobre esse tema, temos Marx:

“E a classe cujo antigo poder social foi por ela sancionado, (...), a burguesia, ela privou das garantias políticas desse poder”. (MARX, 2012, p. 58).

Essa Carta Magna, promulgada finalmente em 12 de novembro de 1848 apresentava-se completamente distorcida de seus ideais fundantes. Por sua própria natureza, ela continha diversas incongruências contraditórias, bem como consolidava a reforma contrarrevolucionária burguesa, de modo a restabelecer as formas políticas do Antigo Regime monárquico repaginados, escancarando a essência conservadora da burguesia “republicana”.

“Por ocasião das *concordats à l’amiable*, os republicanos tricolores haviam de fato sacrificado a pequena burguesia em favor da grande. Esse fato isolado foi por eles elevado à condição de princípio, mediante a interdição legal do imposto progressivo. Eles colocaram a reforma burguesa no mesmo plano da revolução proletária. Mas que classe permaneceu então como o esteio de sua república? A grande burguesia. E esta era maciçamente antirrepublicana. Ao explorar os republicanos do *National* para reconsolidar as velhas relações vitais da economia, sua intenção era explorar essas mesmas relações sociais reconsolidadas para restabelecer as formas políticas correspondentes a elas. Já no início de outubro, Cavaignac se viu obrigado a nomear Dufaure e Vivien, ex-ministros de Luís Filipe, como ministros da república, por mais que os puritanos desmiolados de seu próprio partido tivessem vociferado e batido o pé.” (MARX, 2012, p. 58).

“mediante o sufrágio universal, ela dotou de poder político as classes cuja escravidão social visava eternizar, ou seja, o proletariado, os agricultores e os pequeno-burgueses”. (MARX, 2012, p. 58).

⁵² MARX, 2012, p. 57

⁵³ *Idem.*

⁵⁴ *Ibidem.*

Essa capacidade de ação política se portava como a verdadeira ameaça à manutenção do *status quo* pretendido pela classe dominante, já que, a partir desse ponto, uma vitória dos oprimidos se apresentava com mais concretude do que nunca.

Porém, como Marx confirma os burgueses republicanos da Assembleia Nacional Constituinte pouco se importavam com essas contradições internas do texto fundacional do Estado. O que eles buscavam por meio dela era a prolongação do estado de coisas dado naquele período histórico, pretendendo a perpetuação de alguém como Cavaignac na presidência da mesma maneira que o Legislativo dessa nova República deveria ser uma figura prolongada de seu próprio irmão Constituinte.

Dessa forma, logo despontaram duas figuras como candidatos ao cargo de chefe de Estado: Saul Cavaignac, o ditador que ocupava a cabeça do Executivo e representava os interesses da burguesia (anti)republicana da Assembleia Nacional, de um lado, enquanto que de outro aparecia o representante de Paris, eleito pelo povo meses antes, Luís Bonaparte, o sobrinho daquele que ostentara o pesado sobrenome no século anterior, mas a quem Marx reputa ser uma mera ilusão do grandioso nome.

“O primeiro dia da realização da Constituição foi o último dia do domínio da Constituinte. No abismo profundo das urnas eleitorais, fora depositado a sua sentença de morte. Ela procurava “o filho de sua mãe” e acabou encontrando “o sobrinho de seu tio”.” (MARX, 2012, p. 59).

Em 10 de dezembro de 1848 foram realizadas as eleições presidenciais tendo ampla participação popular, uma vez que pela primeira vez na história daquele país o poder de voto pôde ser exercido independentemente do poder financeiro de seu sujeito. Dessa forma, conforme já mencionado, a massa de excluídos se fez ouvida, sobretudo a massa camponesa, a qual sustentava todo o Estado francês, dado que sua contribuição tributária era o que ainda mantinha a França “distante” da bancarrota.

“O dia 10 de dezembro de 1848 foi o dia da *insurreição dos agricultores*. Foi só a partir dessa data que o mês de fevereiro começou a contar para os agricultores franceses. O símbolo que expressou seu ingresso no movimento revolucionário, canhestamente sagaz, ordinariamente inênuo, grosseiramente sublime, uma superstição calculada, uma burlescaria patética, um anacronismo simploriamente genial, uma travessura da história mundial, hieróglifo indecifrável ao entendimento dos civilizados – esse símbolo portava inconfundivelmente a fisionomia da classe que, no âmbito da civilização, representa a barbárie.” (MARX, 2012, p. 59).

Logicamente, o campesinato não depositaria sua confiança eleitoral na figura carrancuda e opressora de Saul Cavaignac, bem como a massa operária de Paris também não votaria naquele que massacrara o levante de maio de junho, que assassinara centenas de seus

pares e condenara sua liderança ou às jaulas, ou ao exílio. De certo que somente a burguesia republicana que compunha as camadas organizacionais da Assembleia Nacional Constituinte votaria no candidato que personificava seus interesses. Do outro lado do ringue eleitoral figurava Luís Napoleão Bonaparte, a figura que, embora caricata de seu tio famoso, agregava o carisma que seu tio montara no século anterior e habitava o imaginário da massa campesina como o Imperador que restauraria os tempos de glória da França e expurgaria os cânceres políticos que habitavam o governo. Mal sabiam eles que seu querido Bonaparte fajuto nada mais seria que mais uma versão monarquista dos crápulas que eles queriam se ver livres, porém ainda mais megalomaniaco e egocêntrico.

“A república havia se anunciado à classe camponesa na figura do *agente do fisco*; esta se anunciou à república na figura do *imperador*. (...) Para os agricultores, Napoleão não era uma pessoa, mas um programa.” (MARX, 2012, p. 59).

Ocorreu, então, a concentração das mais varias classes sociais em torno de um nome que, embora forte, agasalhava uma pessoa mesquinha e minúscula.. Monarquistas, republicanos democráticos, pequeno-burgueses, proletariado e, sobretudo, camponeses, utilizaram sua arma eleitoral de modo a congregar todos seus anseios e descontentamentos com o domínio provisório que a Assembleia Nacional visava perpetuar na figura do Imperador que se apresentava como aquele sujeito de 1789 que conduziu a França ao desenvolvimento⁵⁵.

“A França passou a ter, ao lado de uma *Montanha*, um *Napoleão*, prova maior de que ambos eram apenas as caricaturas sem vida das grandes realidades cujos nomes portavam. A paródia que Luís Napoleão, com o seu chapéu de imperador e a águia representava do velho Napoleão não era menos miserável do que aquela que a Montanha, com sua fraseologia emprestada de 1793 e suas poses demagógicas, representava da velha Montanha.” (MARX, 2012, p. 61).

Enfim, aos vinte dias do último mês de 1848, no crepúsculo do ano mais revolucionário até então, foi que a Assembleia Nacional Constituinte, sem nada poder fazer, pois sua maior arma política acabava de se mostrar um verdadeiro tiro no pé, depôs seu

⁵⁵ “Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes (G. W. F. Hegel, *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*. Dritter Teil [Preleções sobre a filosofia da história. Terceira parte] – Berlim, 1837. Werke, v. 9). Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière como Danton, Luís Blanc como Robespierre, a Montanha de 1848-51 como a Montanha de 1793-95, **o sobrinho como o tio**”. (grifo não original). (MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. [tradução e notas Nélío Schneider]. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 25).

ditador da cabeça executiva do Estado e proclamou Luís Bonaparte, ou, como ele mais tarde se anunciaria, Napoleão III, presidente da Segunda República Francesa. Entretanto, como último ato de sua administração, Cavaignac rejeitou a petição de anistia dos insurgente de junho, quase como que se estendesse um tapete vermelho para que seu sucessor governasse sem o perigo da organização proletária.

Marx afirma que o rompimento da aliança frágil e momentânea que havia se constituído entre o partido republicano democrático e o partido operário era eminente⁵⁶. Neste ponto, é sugerida a ideia de que a prática disposta n'O Manifesto do Partido Comunista⁵⁷, no qual é disposto que uma aliança entre o proletariado e outras classes sociais é, em alguma medida, necessária. Entretanto, para que a revolução proletária tenha êxito e seja efetiva, havendo definitivamente a superação da lógica classista, é imperioso que o proletariado se desvincule de outras pretensões políticas e tome as rédeas do processo revolucionário, visto que somente ele possui a capacidade revolucionária para conduzir os motores da história.

Voltando ao, agora presidente, Bonaparte, seu primeiro ato como chefe de Estado foi a restauração da antiga administração monárquica, nomeando Odilon Barrot como seu primeiro ministro⁵⁸. Neste ponto, as atenções de Bonaparte voltaram-se à Assembleia, cuja função, agora, era a de asilar, como último refúgio, o partido dos republicanos burgueses.

Embora Napoleão tenha sido alçado ao topo do Estado francês graças, sobretudo, à ampla adesão dos camponeses ao seu programa político nas eleições passada, é necessário recordar o que sua figura representava para a massa campesina: não mais impostos. Tão logo Bonaparte propôs a manutenção do imposto do sal, um dos que mais assolavam a classe camponesa, perdeu seu sal revolucionário⁵⁹.

⁵⁶ “A revolução só chegaria a ser propriamente ela mesma depois de obter o seu nome próprio e original, e isto ela só lograria no momento em que a moderna classe revolucionária, o proletariado industrial, conseguisse ocupar o primeiro plano.” (MARX, 2012, p. 61).

⁵⁷ “Aliam-se na França ao partido social-democrata contra a burguesia conservadora e radical, reservando-se o direito de criticar a fraseologia e as ilusões legadas pela tradição revolucionária. (...) Em resumo, os comunistas apoiam em toda parte qualquer movimento revolucionário contra a ordem social e política vigente.” (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. 1. ed., rev. São Paulo, SP: Boitempo, 2010, p. 65-66).

⁵⁸ “Odilon Barrot, o último ministro de Luís Filipe de Orléans, tornou-se o primeiro ministro de Luís Napoleão. Assim, a partir do momento em que a Assembleia Nacional Constituinte instalou Bonaparte no cargo, em que Bonaparte instalou Barrot, em que Barrot instalou Changarnier, a França passou do período da Constituição republicana para o período da república constituída e, num cenário constituído da República Francesa, qual sentido teria de haver uma Assembleia Constituinte?” (MARX, 2012, p. 62).

⁵⁹ “Bonaparte perdeu seu sal revolucionário – o Napoleão da insurreição dos agricultores se desfez como névoa e nada restou dele além do grande desconhecido da intriga monarquista dos burgueses.” (MARX, 2012, p. 63.).

Quase que imediatamente, a Assembleia Nacional viu a oportunidade de fazer crescer sua representatividade no meio dos agricultores e, paralelamente ao interesse de enfraquecer o ministério bonapartista, não só rejeitou a proposta de manutenção do imposto do sal como reduziu seu valor em um terço do valor original, de modo a explicitar seu voto de desconfiança no governo constituído. Entretanto, passadas as eleições, os votos já haviam sido proferidos e de pouco adiantavam essas ações desesperadas da burguesia republicana. A rejeição do imposto do sal, no entanto, apenas amadureceu a resolução de Bonaparte e seus ministros de fechar, de uma vez por todas, a Constituinte, acabando com o último resquício de poder da burguesia industrial, consolidando seu poder político e ensaiando os próximos capítulos da história da França: sua versão transfigurada de golpe de Estado, a ser cometido em 1851, ao qual Marx, carinhosamente, denominou de *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, em clara alusão ao golpe do tio famoso, fazendo valer sua máxima da ciclicidade da história humana.

Instaura-se, então, um conflito entre a Assembleia Nacional e o Presidente da República, porém o que ele representa não é um choque entre os poderes Legislativo e Executivo, mas sim um embate entre figuras representativas de momentos histórico-políticos distintos, ao passo em que o Presidente Bonaparte personifica uma república já formada, enquanto que a Assembleia Constituinte representa uma república em formação. Este conflito á mais perfeita concretização da contradição mais expressiva da Constituição tricolor; ela demonstra a fundo como o Estado democrático e as instituições de Direito nada mais são do que instrumentos jurídico-políticos que atendem aos interesses do capital, o que institucionaliza como modo de produção a exploração de o domínio de uma classe social sobre outra, ao passo em que subordina a manutenção do estado de coisas a essa dominação classista.

“Em confronto com a Assembleia Nacional Constituinte, Luís Bonaparte não era o Poder Executivo em confronto com o Legislativo; era a república constituída pelos próprios burgueses em confronto com os instrumentos de sua Constituição, em confronto com as intrigas movidas pela ambição e as exigências ideológicas da facção revolucionária da burguesia, que a havia fundado. Essa facção acabara de descobrir, admirada, que a sua república constituída mais parecia uma monarquia restaurada e quis preservar à força o período constituinte com suas condições, suas ilusões, sua linguagem e suas pessoas e impedir que a república madura dos burgueses emergisse em sua forma plena e peculiar.” (MARX, 2012, p. 64).

Os burgueses da Constituinte se viram de costas à parede, pois não puderam apelar à eleições diretas e gerais em virtude do perigo que o sufrágio universal já demonstrara existir, bem como de nada serviam seus votos de desconfiança contra o governo constituído, uma vez

que este, pelo próprio nome, já encontrava-se devida e legalmente constituído, não necessitando mais da confiança da Constituinte. Sobrava, assim, uma última saída aos burgueses republicanos: a *insurreição*. Entretanto, quando se deram conta de sua condição, os burgueses da Assembleia realizaram que não possuíam apoio de nenhuma classe social, uma vez que esta mesma burguesia, com esses mesmos sujeitos haviam feito de tudo para extirpar todo e qualquer refúgio revolucionário na França e, ela mesma, passou a tratar os tricolores do *National* como os insurgentes de junho revividos. Dessa forma, enquanto a Constituinte pressionava a população à insurreição contra o governo presidencialista constituído, este, por sua vez, se via cada vez mais enviesado à sua própria insurreição, seu *coup d'état*, pois não dispunha mais de meio legais para dissolver, definitivamente, a Assembleia Nacional.

Entretanto, se faz necessário lembrar que ao declarar o fechamento da Assembleia, Bonaparte estaria agredindo diretamente o conteúdo material da Constituição que o constituía presidente da república. Assim, contrariando a Carta, contrariaria, também, a própria república, devendo, imediatamente, instaurar seu domínio imperialista. Veremos que ainda o momento não era esse, porém o dia do golpe se aproximava. “A legalidade está nos matando!”, declarava abertamente o ministério de Napoleão, escancarando a necessidade de uma revolta para que uma violação à Constituição em nome do salvamento da própria Constituição fosse possível, sem, contudo, alterar as bases do Poder e do Estado bonapartista.

A sombra de um golpe por parte de Napoleão fez com que os ânimos revolucionários da classe operária se acendessem novamente. E, como já era de se esperar, foi nela que a burguesia republicana foi buscar alianças. Entretanto, dessa vez, já mais consciente de sua condição no desenvolvimento do processo histórico-revolucionário e, calejados pelos acontecimentos passados, o proletariado não se deixou levar por promessas levianas e certificou-se de colocar-se na dianteira do movimento pela revolução.

Mais adiante, em vinte e um de março de 1849, a Assembleia Nacional voltou suas atenções ao projeto de lei que tramitava na casa, a respeito da supressão do direito constitucional consagrado pelo artigo 8º da Carta francesa, o de reunião, especificamente sob a forma dos clubes operários que atuavam em Paris. Positivado como direito constitucional, a proibição do agrupamento de pessoas era uma inequívoca afronta à norma fundante do Estado.

“A própria burguesia havia proibido a coalizão dos trabalhadores contra os seus burgueses. E o que eram os clubes senão uma coalizão de toda a classe operária contra um Estado burguês? Eles não representavam a mesma quantidade de Assembleias Constituintes do proletariado e a mesma

quantidade de unidades militares, prontas para a revolta?” (MARX, 2012, p. 69).

O que, de fato, a Constituição tricolor tinha como objetivo era, antes de qualquer coisa, estabelecer o domínio da burguesia, de modo que o “direito à associação” que ela previa era, absolutamente, aquele que se referia às associações burguesas que visassem e estivessem em consonância com a ordem de dominação da burguesia. E assim foi encenada a comédia, na qual a própria Constituinte decretou que a violação da letra constitucional era a única forma de concretizar suas previsões.

Paralelamente à situação da política interna da França, em sua política externa, a relação entre a república constituída e a revolução europeia (fruto, sobretudo, da Primavera do ano anterior) ia se deteriorando cada vez mais. Marx cita o caso da “Expedição Romana”, uma incursão militar francesa à terras italianas a fim de proteger e escoltar o Papa até a França para que ele pudesse benzer a República e consagrar os ânimos eleitorais em torno de Cavaignac⁶⁰. Não funcionou, porém, embora não precisasse do Papa para eleger-se presidente, pois já se encontrava empossado do cargo, Bonaparte necessitava da conservação do Papa para conservar a fé de seu eleitorado, sobretudo, os agricultores católicos⁶¹.

Essa expedição, por sua vez, afundou os cofres públicos, despendendo altos custos para a manutenção da força humana, seus mantimentos, provisões e toda a logística envolvida no empreendimento militar, ao passo em que a Assembleia demonstrava-se cada vez mais perdida sobre o que deveria fazer.⁶² Após essa demonstração de fraqueza parlamentar, a Assembleia Nacional terminou sua existência com a patética atuação proferida em meados de maio de 1849, ao exigir um posicionamento mais contundente do ministério e não ser capaz de firmemente sustentar sua posição. Estava fadada à morte sem nenhum resquício de legado

⁶⁰ “Cavaignac havia expedido uma frota de guerra para Civitavecchia já em meados de novembro de 1848 para proteger o Papa, embarca-lo e transportá-lo para a França. O Papa deveria dar a sua bênção à *honnête* república e assegurar a eleição de Cavaignac para presidente. Usando o Papa como isca, Cavaignac queria fisgar os padrecos, com os padrecos, os agricultores e, com os agricultores, a presidência.” (MARX, 2012, p. 70).

⁶¹ “Sem a velha Roma, submetido ao seu domínio, não haveria papa, sem o papa não haveria catolicismo, sem catolicismo não haveria religião francesa e, sem religião, o que seria da velha sociedade francesa?” *Idem*.

⁶² “No dia 13 de abril, 14 mil homens navegaram sob o comando de Oudinot para Civitavecchia, no dia 16 de abril, a Assembleia Nacional deferiu ao ministério um crédito de 1,2 milhão de francos para três meses de manutenção de uma frota de intervenção no Mar Mediterrâneo. Desse modo, ela proporcionou ao ministério todos os meios para intervir em Roma. Ela não foi conferir o que o ministério fazia, simplesmente se limitou a ouvir o que ele dizia. Nem em Israel se achou tamanha fé: a Assembleia Constituinte chegou ao ponto de não poder saber o que a república constituída devia fazer.” (MARX, 2012, p. 71).

benéfico à França: seu legado deixado para a posterioridade foi, sobretudo, um déficit público gigantesco.⁶³

Assim, como desde março daquele ano já se ensaiavam as agitações eleitorais para a constituição da Assembleia Nacional Legislativa da República, órgão máximo do legislativo republicano que, finda a razão de ser da Constituinte (que era a feitura da Constituição), deveria ocupar seu lugar no panteão das funções do Estado.

Dois partidos representando interesses classistas diversos despontaram na disputa por um espaço nesse novo Parlamento que se formava. De um lado, representando a antiga, porém ainda bastante influente, aristocracia financeira sob suas facções orleanista e legitimista, surgia o Partido da Ordem, cuja origem remonta após o levante de junho de 1848, como uma dissidência dos burgueses republicanos do *National*.

Na outra ponta, anunciava-se o Partido Democrático-Socialista, surgido de uma coalizão entre pequeno-burgueses democratas e o proletariado urbano parisiense. Dessa forma, descontentes com o descaso político e a grave situação econômica do país que onerava cada vez mais as camadas mais baixas da sociedade civil francesa, essas duas classes ditas antagônicas (mas que possuíam mais afinidades do que imaginariam seus confrades), certas de que a burguesia dita republicana em nada os representava. Assim, fortalece-se o partido *Vermelho*, concretizando as palavras marxiana de necessidade de união de classes diversas em torno do ideal proletário, com a liderança revolucionária deste.

“Diante da classe burguesa contrarrevolucionária coligada, foi natural que se unissem as parcelas já revolucionadas da pequena burguesia e da classe camponesa com o alto dignitário dos interesses revolucionários, o proletariado revolucionário. Vimos que os porta-vozes democráticos da pequena burguesia no parlamento, isto é, os membros da Montanha, foram empurrados por derrotas parlamentares para o papel de porta-vozes socialistas do proletariado e que a pequena burguesia real fora do parlamento foi empurrada pelas *concordats à l’amiable*, pela imposição brutal dos interesses burgueses, pela bancarrota, na direção dos proletários reais. No dia 27 de janeiro, a Montanha e os socialistas repetiram o seu ato de união. O partido social e o partido democrático, o partido dos trabalhadores e o partido dos pequeno-burgueses se uniram no *partido social-democrático*, isto é, no partido *vermelho*.” (MARX, 2012, p. 74).

A constituição do Partido da Ordem, por sua vez, evidencia a desagregação da burguesia em duas facções com interesses diversos e, por vezes, até conflitantes. Estas

⁶³ “Seu legado foi o déficit público, acrescido dos custos da Insurreição de Junho, da perda do imposto do sal, das indenizações destinada aos proprietários de plantações pela abolição da escravidão dos negros, dos custos da expedição romana, da perda do imposto do vinho, cuja extinção ainda conseguiu aprovar nos últimos estertores, como um velho que se alegra com a desgraça dos outros, feliz por deixar ao seu risonho herdeiro o ônus de uma dívida de honra comprometedora.” (MARX, 2012, p. 72).

facções, conforme a história comprova, revezaram-se no domínio do poder Estatal, sendo uma a facção da burguesia fundiária, cuja representação encontrava forma na figura de Luís Bonaparte e sua monarquia restaurada e a facção da alta burguesia aristocrata financeira, neste momento aliada à burguesia industrial, sob representação da antiga monarquia de julho.

“*Bourbon* era o nome real que representava a influência preponderante dos interesses de uma das facções, *Orléans* a designação real que representava a influência preponderante dos interesses da outra facção – o reino sem nome da república foi a única coisa em que as duas facções eram capazes de sustentar, em domínio homogêneo, o interesse comum de sua classe sem renunciar à sua rivalidade mútua. Se a república dos burgueses não podia ser senão o domínio de toda a classe burguesa, aperfeiçoado e manifesto em sua forma mais pura, ela poderia ser algo diferente do que o domínio dos orleanistas complementados pelos legitimistas e dos legitimistas complementados pelos orleanistas, ou seja a *síntese da restauração e da monarquia de julho?*” (MARX, 2012, p. 72-73)

Entretanto, ainda que unidos sob um mesmo partido, a contradição entre as facções se mostra no momento em que os burgueses republicanos que haviam fundado a 2ª República, institucionalizando o regime universal da classe burguesa como ordem do dia, não aceitavam ver sua contraparte monarquista ocupando a chefia do Estado por eles criado. De igual modo, ainda que ocupando e dirigindo o Estado burguês, os monarquistas o faziam de contragosto, pois a restauração monárquica imediata por eles pretendida ia se adiando cada vez mais, visto que o inimigo em comum proletário obrigava as facções burguesas a se unirem e defenderem o Estado republicano⁶⁴.

O programa político do Partido da Ordem era a mais pura propagação dos ideais burgueses e da manutenção do *status quo* da sociedade civil burguesa. Dessa forma, seu mote consistia na consolidação do domínio da ordem burguesa e de suas condições de vida, como a propriedade privada e a família. Fazendo uso de sua gigantesca máquina capitalista, o Partido da Ordem organizou-se por toda a França, dispondo de sua influência e poder econômico para angariar cabeças votantes, controlando a mídia e a opinião popular⁶⁵. Logicamente, após o amplo emprego de todas as artimanhas disponíveis, o Partido da Ordem saiu vencedor da disputa eleitoral e constituiu a maioria Parlamentar.

Embora tenha garantido a maioria legislativa, o partido social-democrático conseguiu um feito notável ao eleger Ledru-Rollin, a liderança da Montanha, por cinco províncias

⁶⁴ “O próprio exercício prazeroso do domínio em conjunto fortaleceu cada uma das facções e as tornou ainda mais incapazes e indispostas a se submeterem uma à outra, isto é, a restaurar a monarquia.” (MARX, 2012, p. 73)

⁶⁵ “Ele, pôde, por fim, sustentar em parte a ilusão de que a Constituinte republicana teria impedido o Bonaparte do dia 10 de dezembro de manifestar os seus poderes milagrosos.” (MARX, 2012, p.74)

diferentes, algo que, segundo Marx⁶⁶, nenhum outro partido fora capaz, evidenciando, assim, a ampla adesão das camadas populares da sociedade francesa, desde o campesinato, que votara em Napoleão apenas para se decepcionar com seu primeiro ato presidencial, passando pelo exército, que também votara em Napoleão pela sua figura e não se via representado, além dos já mencionados proletariado e pequena-burguesia democrática. Todavia, toda essa adesão culminou numa Montanha excessivamente inflada, pois o proletariado não se encontrava intelectualmente maduro⁶⁷, enquanto que tanto o campesinato quanto o exército depositavam nela sua confiança. Assim, a Montanha passou a ser aquela que “dava as ordens no arraial revolucionário e que, mediante o entendimento com os socialistas, eliminara todo o antagonismo do partido revolucionário.”⁶⁸. Esse, decididamente, foi o grande erro que culminou com a patética demonstração de fraqueza do partido da Montanha em 11 de junho de 1849.

“Na mesma proporção em que o partido do *National*, em conformidade com a sua dupla natureza, deixava-se rebaixar pelo ministério monarquista, elevou-se o Partido da Montanha, anulado durante a onipotência do *National*, e impôs-se como representante parlamentar da revolução. O partido do *National*, de fato, nada tinha para contrapor às demais facções, às facções monarquistas, a não ser personalidades ambiciosas e asneiras idealistas. O Partido da Montanha, em contraposição, representava uma massa que oscilava entre a burguesia e o proletariado, cujos interesses materiais exigiam instituições democráticas. Perante os Cavaignacs e Marrasts, Ledru-Rollin e a Montanha representavam, conseqüentemente, a verdade da revolução e, tendo consciência dessa situação de peso, cobravam tanto mais ânimo quanto mais expressão da energia revolucionária se limitava a invectivas parlamentares, pedidos de *impeachment*, ameaças, elevações do tom de voz, discursos tonitruantes e medidas assim extremas que não iam além da fraseologia.” (MARX, 2012, p. 76)

Por fim, ainda sobre as disputas eleitorais para a Assembleia Nacional Legislativa, cumpre dizer que o Partido do *National*, ou seja, o partido da antiga Assembleia Constituinte, saiu completamente derrotado⁶⁹.

⁶⁶ MARX, 2012, p. 75.

⁶⁷ “o proletariado, pela terrível derrota material do mês de junho, obrigado a reerguer-se por meio de vitórias intelectuais, ainda não capacitado pelo desenvolvimento das demais classes a lançar mão da ditadura revolucionária, teve de jogar-se nos braços dos doutrinários de sua emancipação, os sectários socialistas.” (MARX, 2012, p. 75)

⁶⁸ *Idem*.

⁶⁹ “O partido do *National*, “os Amigos da Constituição *quand même*” [para o que der e vier], os *républicains purs et simples* [pura e simplesmente republicanos], saíram totalmente derrotados das eleições. Uma minoria foi designada para a Câmara Legislativa, seus chefes notórios desapareceram do cenário, incluindo até Marrast, o redator-chefe e Orfeu da *honnête* república.” (MARX, 2012, p. 76)

Em 28 de maio de 1849, finalmente, constituiu-se a Assembleia Nacional Legislativa, ao passo em que, ao 11º dia de junho, exatamente um ano depois do levante proletário que consolidou o domínio da Assembleia Constituinte, Ledru-Rollin e a Montanha protagonizaram uma patética tentativa de insurreição parlamentar, ou seja, protocolaram um pedido de *impeachment* contra o presidente, o qual fora, prontamente, negado diante da maioria burguesa do Partido da Ordem que constituía a Casa. Assim, repetindo seu erro ao tentar tomar as rédeas do poder político sem alterar as bases do domínio classista burguês, ao intentar insurgir-se dentro da ordem legal, a Montanha cometeu o mesmo erro duas vezes. Porém, dessa vez, após a repetição do dia 11 de maio, quando a Constituinte negou o pedido de *impeachment*, o proletariado obrigou a Montanha a sair às ruas, demonstrando que as sucessivas derrotas serviram a seu propósito, estruturando, ensinando e, sobretudo, fortalecendo o partido operário, que não mais se deixaria levar pelas vãs palavras da burguesia e se mostrava disposto a exercer seu papel fundamental na condução do processo revolucionário.

“Para entender por que esse movimento foi derrotado e por que o mês de junho de 1849 foi uma caricatura tão ridícula quanto ignóbil do mês de junho de 1848, basta dizer que foi a Montanha que o encabeçou. (...) No dia 20 de dezembro [1848], existia só mais metade da república constituída dos burgueses, a saber, o *presidente*; no dia 28 de maio [1849], ela foi complementada pela outra metade, a Assembleia *Legislativa*. Em junho de 1848 a república dos burgueses em constituição se insculpiu nos anais da história mediante uma batalha indizível contra o proletariado; em junho de 1849 a república constituída fez a mesma coisa mediante uma inominável comédia com a pequena burguesia. O mês de junho de 1849 foi a nêmeses do mês de junho de 1848. **Em junho de 1849, não foram derrotados os trabalhadores, mas abatidos os pequeno-burgueses, que estavam entre eles e a revolução.** O mês de junho de 1849 não foi a tragédia sangrenta entre o trabalho assalariado e o capital, mas o espetáculo lamentável e rico em prisões promovido por devedores e credores. **O Partido da Ordem vencera; ele era onipotente e tinha de demonstrar a sua verdadeira cara.**” (grifos não originais) (MARX, 2012, p. 76-77)

A patética atuação da Montanha fortaleceu ambos os lados do embate classistas: ao passo em que abatera os pequeno-burgueses do partido social-democrata, possibilitando a tomada do controle da oposição política ao Estado burguês pelo proletariado, capacitando-o a exercer seu papel revolucionário, ela também consolidou a onipotência do Partido da Ordem, o qual se viu sem limites para seu domínio, pois não considerava o proletariado como inimigo a ser batido e não mais vislumbrava qualquer ameaça à sua *Ordem*. A partir de então, o Estado francês, dominado pelas facções orleanista e legitimista no âmbito do Legislativo e pela facção bonapartista no âmbito do Executivo, encontrou as condições perfeitas para

desvencilhar-se das máscaras necessárias para a conquista do poder e passou a atuar de modo livre na constituição do que viria a ser o Estado Bonapartista, conquistado, sobretudo, após o golpe de seu presidente.

Deste modo, portanto, resta demonstrado, a partir dos argumentos exposto por Karl Marx, como foi possível a tomada do poder por uma figura tão simplória quanto patética como Luís Bonaparte, o qual consolidou seu domínio ao melhor estilo imperialista contrarrevolucionário que havia sido destronada em fevereiro de 1848. A deturpação do Estado burguês por Bonaparte e a consolidação do bonapartismo como modelo de governo será abordada no próximo capítulo, de modo a fechar o arco cronológico que a obra “Lutas de Classe na França” aborda.

4 CAPÍTULO 3: as decorrências do junho de 1849 e a revogação do sufrágio universal

“No dia 20 de dezembro de 1848, a cabeça de Jano da *república constitucional* tinha só mais um de seus rostos para mostrar, o rosto executivo com os traços difusamente banais de L. Bonaparte; no dia 28 de maio de 1849, ela mostrou o seu segundo rosto, o *legislativo*.” (MARX, 2012, p. 79).

Com o estabelecimento da Assembleia Nacional Legislativa como Parlamento republicano (burguês) da França, encerrou-se o já patético e pífio domínio político da Assembleia Nacional Constituinte. Tendo sua maioria sido eleita pela sigla do Partido da Ordem, o poder político estava concentrado nas mãos da burguesia conservadora, dividido entre legitimistas e orleanistas, porém quem melhor se aproveitava da situação era o Presidente, Bonaparte, cujas verdadeiras intenções se mostrariam à República mais tarde, em 10 de março de 1850.

Tal avanço da coalizão monarquista não se via somente em território francês, ao passo em que toda Europa se via imersa numa onda contrarrevolucionária que empreendia uma verdadeira cruzada contra as revoluções de 1848⁷⁰. Ainda sobre a Expedição Romana e o bombardeio de Oudinot à cidade, Ledru-Rollin⁷¹, a cabeça da Montanha no Parlamento subiu às tribunas da Assembleia e denunciou o governo de Bonaparte pelos ataques, acreditando poder invocar o poder da Carta Suprema para destituir aqueles que ela mesma havia alçado ao poder. Sobre tal passagem, cita-se trecho da obra, na qual Marx ironiza a decisão política tomada pela Montanha, evidenciando a fraqueza revolucionária que fundamentava as ações do partido.

“Ledru-Rollin acreditou poder derrotar a Assembleia Nacional recorrendo à Constituição, e o presidente, recorrendo à Assembleia Nacional?” (MARX, 2012, p. 80).

Embora a Carta Magna de 1848 de fato proibisse qualquer tipo de ataque à liberdade de povos estrangeiros, a instrumentalização da hermenêutica constitucional dos monarquistas era usada de modo a esclarecer que os ataques à Roma não eram contra a liberdade daquele povo, mas sim contra o “despotismo da anarquia” que se via estabelecido em terras italianas. A partir desse ponto deveria Ledru-Rollin e a Montanha terem entendido o recado: ainda que a redação da Carta tenha se dado por princípios e mãos democrático-republicanas, sua

⁷⁰ “A Rússia invadiu a Hungria, a Prússia marchou contra os exércitos que lutavam pela Constituição do *Reich* e Oudinot bombardeou Roma”. (MARX, 2012, p. 79)

⁷¹ Os republicanos saberão impor o respeito à Constituição, por todos os meios, se preciso for, pela força das armas! Por 361 votos a 203 a Assembleia Nacional decidiu ignorar o bombardeio de Roma e o pedido de *impeachment* depositado e passar para a simples ordem do dia”. (*Idem*)

interpretação, naquele momento, estava a cargo da maioria monarquista do Partido da Ordem, cujo apoio era todo à figura de Bonaparte⁷².

Neste ponto é que a afirmação de Marx acerca da impossibilidade de uma revolução dentro dos limites da razão pura, ou seja, uma revolução que não quebre com a lógica burguesa de sociedade civil, se faz paupável. Aqui, ao tentar insurgir contra o governo bonapartista recorrendo a artifícios e manobras legais, a Montanha havia sacramentado sua incapacidade diretiva na condução do processo histórico. Ao passo em que proferiam discursos inflamados e palavras impactantes dentro das quatro paredes da Assembleia Nacional, a Montanha pouco demonstrava sua força fora do discurso, pois era incapaz de vislumbrar uma forma de governo apartada da lógica capitalista de república. Dessa forma, ainda que diversos pedidos de *impeachment* tenham sido protocolados e inúmeros discursos memoráveis tenham sido proferidos, a maioria do Partido da Ordem, bem com Napoleão, não se via ameaçada pela falta de combatividade prática do partido da Montanha e suas lideranças que, embora tentassem romper com a lógica do domínio burguês, temiam abrir caminho para uma insurreição proletária. Assim, em 11 de junho de 1849, a Montanha rejeita a proposta de sair às ruas sugerida pelos delegados das sociedades secretas dos trabalhadores, demonstrando sua relutância em entregar o controle da oposição ao operariado, temendo que seus aliados voltassem-se contra a pequena-burguesia democrática, pois, na cabeça deles, junho de 1848 ainda estava fresco e em cores bem vivas.

Entretanto, a frágil aliança entre os vermelhos e os pequeno-burgueses democráticos ainda era necessária, pois, mesmo que sem poder de ação revolucionário, eles ainda representavam a maioria das províncias e se apresentavam como influentes no exército e na Guarda Nacional, o que era de suma importância para o proletariado revolucionário naquele momento. Assim, como única manobra possível, a liderança proletária forçou um posicionamento final da Montanha, de modo que ela se comprometesse a romper com suas pretensões de “democracia pacífica” e saísse às ruas para fazer valer o processo revolucionário. Entretanto, tendo aprendido com as sucessivas derrotas do ano anterior, o partido operário já estava ciente de que se dependesse de seus aliados (que, apesar de tudo, ainda eram, em alguma medida, burgueses) nunca chegaria ao poder de fato. Então, em caso

⁷² “A Montanha, a despeito de todas as experiências feitas na Assembleia Constituinte, ainda não compreendera que a interpretação da Constituição não competia mais àqueles que a fizeram, mas tão somente àqueles que haviam a aceitado? Ainda não compreendera que seu teor deveria ser interpretado em um sentido viável e que o sentido burguês era seu único sentido viável? Ainda não compreendera que Bonaparte e a maioria monarquista da Assembleia Nacional eram os autênticos intérpretes da Constituição?” (MARX, 2012, p. 80)

de vitória nas ruas após o fracasso da insurreição parlamentar, paralelamente ao governo oficial se formaria a comuna proletária. Essa vitória, porém, não veio naquele momento histórico, sendo a comuna proletária postergada para anos mais tarde, em 1871⁷³

Enfim, aos 13 dias do mês de junho de 1849, um ano após o levante histórico que marcou o primeiro embate direto entre as duas classes sociais fundamentais da sociedade civil moderna, a Montanha protagonizou aquilo que Marx havia pregado, acerca da circularidade da história humana, ao declarar o Presidente, seus ministros e, em geral, a Assembleia Nacional Legislativa como “fora da Constituição” [*hors la constitution*], conclamando a Guarda Nacional, o Exército Francês e até o povo⁷⁴ à insurgência contra as figuras retrógradas que ocupavam a cabeça do Estado. No entanto, ao promover sua “demonstração pacífica”⁷⁵ dos interesses classistas da pequena-burguesia democrática, essa manifestação, por não possuir a chama revolucionária como força motriz, acabou sendo dispersa num piscar de olhos quando as forças opressoras do Estado da Ordem a confrontaram.⁷⁶ Marx faz um breve comentário acerca do episódio, declarando que apenas em Lyon, cidade onde o movimento dos trabalhadores não se via confinado, nem tampouco determinado pelas direções do movimento geral encenado em Paris, houve um efetivo embate entre burguesia industrial e proletariado industrial urbano, no qual o proletariado, mais uma vez se viu derrotado. Sobre as outras províncias, Marx atesta que o movimento não encontrou respaldo e não inflamou.

“Se o dia 23 de junho de 1848 foi a insurreição do proletariado revolucionário, o dia 13 de junho de 1849 foi a insurreição dos pequeno-burgueses democráticos, sendo cada uma dessas das insurreições a expressão *clássica mas pura* da classe que a promoveu.” (MARX, 2012, p. 83)

⁷³ MARX, K. **A Guerra Civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁷⁴ “*Viva a Constituição!* Foi a palavra de ordem divulgada por ela, palavra de ordem que não significava outra coisa que “*Abaixo a revolução!*””. (MARX, 2012, p. 83)

⁷⁵ (MARX, 2012, p. 83)

⁷⁶ “Foram 30 mil pessoas, na maioria integrantes da Guarda Nacional, desarmados, misturados com membros das seções secretas dos trabalhadores, movendo-se aos gritos de “*Viva a Constituição!*” proferidos pelos integrantes do próprio cortejo de forma mecânica, gélida, com a consciência pesada, gritos que, em vez de se avolumarem como trovoadas, eram devolvidos ironicamente pelo eco do povo que se aglomerava nos trottoirs [calçadas]. Faltava ao canto polifônico a voz de peito. Quando o cortejo passou defronte à sede dos “Amigos da Constituição” e, na cumeeira do prédio, apareceu um arauto de aluguel da Constituição, que com o seu chapéu de torcedor contratado cortou vigorosamente o ar e em seu imenso pulmão fez o bordão “*Viva a Constituição!*” se abater como granizo sobre as cabeças dos romeiros, estes, por um instante, pareceram aturdidos pela comicidade da situação. É sabido que (...) o cortejo foi recebido pelos dragões e caçadores de Changarnier de modo nada parlamentar, dispersou-se em um piscar de olhos por todas as direções e ainda atirou para o ar uns poucos brados de “às armas!”, apenas para que a convocação parlamentar às armas feita em 11 de junho se cumprisse.” (MARX, 2012, p. 83).

Após esse evento, a Montanha havia decretado sua própria sentença. Seu número de representantes no Legislativo foi dizimado, ao passo em que a maioria dos deputados aprovou um novo regimento interno para a Casa, conferindo poderes ao Presidente da Assembleia para punir violações da ordem com censuras e multas, além de expulsão temporária do Parlamento até o encarceramento.

O que se viu, então, foi a sucessiva dissolução das forças armadas pró-democráticas, como exército e alguns regimentos da Guarda Nacional e a promulgação de diversos novos diplomas normativos, cuja finalidade era reajustar a realidade social para condições de um Estado monárquico. O golpe de Napoleão se anunciava cada vez mais com as promulgações das novas leis de imprensa, de associações e a que instaurava o *estado de sítio* na França e conferia poderes especiais ao Presidente. A opressão estatal, digna de um Estado monárquico absoluto se intensificava e, progressivamente, a velha burguesia antirrepublicana empreendia seus esforços para retomar o *status quo* do Estado francês de Luís Filipe de Orleães.

Em meados de agosto de 1849, após sucessivos meses de “orgia tendenciosa”⁷⁷, os deputados monarquistas do Partido da Ordem decretaram o recesso do Parlamento por dois meses, a fim de participarem das reuniões dos conselhos provinciais recém-constituídos. Esse recesso, segundo Marx, fecha o segundo período de existência da república constitucional francesa, à qual ele, carinhosamente, apelida de sua adolescência monarquista. Com as férias parlamentares, iniciam-se, ainda que não declaradamente, as campanhas e procissões ao redor de toda a França, com o intuito de instigar a massa campesina a apoiar um futuro golpe de Estado em nome de Luís Napoleão e retornar aos tempos áureos do Império de seu tio.

Durante o merecido descanso dos deputados franceses, as atividades cotidianas da vida iam, aos poucos, sendo retomadas. Suspenso o estado de sítio em Paris, a imprensa foi restabelecida, porém com algumas mudanças ideológicas sensíveis.⁷⁸ Porém, acima de tudo, é necessário destacar que houve uma crescente exponencial das sociedades secretas dos trabalhadores que, em constante reformulação organizacional desde junho de 1848, se encontravam, agora, mais bem estruturado e conscientes de seu papel a desempenhar. Ademais, conscientes das atrocidades cometidas pelos regimes reformistas, as camadas

⁷⁷ MARX, 2012, p. 86

⁷⁸ “Durante a suspensão das folhas social-democráticas, durante o período da legislação repressiva e das lambanças monarquistas, o *Siècle*, velho representante literário dos pequeno-burgueses monárquico-constitucionais, republicanizou-se, o *Presse*, velha expressão literária dos reformistas burgueses, democratizou-se, o *National*, velho órgão clássico dos burgueses republicanos, virou socialista.” (MARX, 2012, p. 87).

médias da sociedade francesa passaram a aderir ao movimento “vermelho”, preferindo uma república socialista à um monarquia burguesa.⁷⁹

Enquanto os deputados compareciam aos conselhos provinciais, Luís Bonaparte realizava verdadeiros comícios nas províncias, a fim de instigar a população ignorante do campo a apoiar uma revisão constitucional antes do prazo previsto pela Constituinte. As articulações do 18 de Brumário iam se solidificando a cada discurso que o “Príncipe” proferia.

“A intenção por trás disso era fazer com que eles [os camponeses] dissessem abertamente o que a maioria da Assembleia Nacional ainda não ousara formular, ou seja, a *moção em caráter de urgência de revisão imediata da Constituição*. Conforme a própria Constituição, ela só poderia ser revista em 1852, por uma Assembleia Nacional [Constituinte] convocada exclusivamente para esse fim. Porém, se a maioria dos conselhos provinciais se pronunciasse nesse sentido, por acaso a Assembleia Nacional não deveria sacrificar a virgindade da Constituição ao clamor da França?” (MARX, 2012, p. 87) (grifos não originais).

Clamou a França, porém, a despeitos dos esforços napoleônicos, clamou a voz da França burguesa e pronunciou-se, firmemente, contrária à revisão constitucional. Assim, passado o período de recesso do Legislativo Nacional, em outubro de 1849 a Assembleia retornou às suas atividades regulares. Todavia, a Assembleia que se retirara dois meses antes não era a mesma que retornava. Sua fisionomia estava bem diferente⁸⁰.

“Os orleanistas ficaram desconfiados com as peregrinações dos legitimistas a Ems; os legitimistas desconfiaram das tratativas dos orleanistas com Londres; Luís Bonaparte se ressentia de uma Assembleia Nacional que achava justa e correta apenas a conspiração legitimista-orleanista, de um ministério que constantemente o traía com essa Assembleia Nacional. (...) O ministério, enfim, estava dividido a respeito da política em relação a Roma e a respeito do *imposto de renda*.” (MARX, 2012, p. 88).

Luís Bonaparte, por sua vez, também não era mais a mesma figura que era dois meses antes, nem tampouco a mesma que fora eleita pelo pleito eleitoral de 1848. Como resultado das contendas internas da burguesia, bem como da “luta contra a anarquia”⁸¹ o Partido da Ordem se viu forçado a, cada vez mais, aumentar o poder e, conseqüentemente, a influência de sua figura representativa, o Presidente da República. Desse modo, quando do retorno das atividades parlamentares, em outubro, o Presidente não era mais uma mera figura neutra apta a ser instrumentalizada pelos partidários da Ordem. Ele já possuía poderes bem mais amplos e interesses bem definidos.

⁷⁹ “O dia 13 de junho havia cortado as cabeças oficiais dos partidos semirrevolucionários; as massas restantes criaram sua própria cabeça.” (*Idem*).

⁸⁰ MARX, 2012, p. 88

⁸¹ MARX, 2012, p. 89

De acordo com Marx, em 1º de novembro de 1849, finalmente, é marcado o início do último período de existência da república constitucional francesa, cujo encerramento se dá alguns meses depois, em 10 de março de 1850. É nesta fase existencial que a república francesa experimenta a mais profunda cessão entre os poderes legislativo e executivo, culminando no fechamento do Parlamento por Luís Napoleão.

Neste ponto, se mostra insustentável a coalizão concebida pelas diferentes facções da burguesia, ao passo em que cada uma delas possuía, como já era sabido, interesses e figuras representativas diferentes. Diferentemente da Inglaterra⁸², a burguesia industrial francesa ainda não reunia as condições materiais para fazer valer o seu domínio efetivamente. Assim, ainda que fora da direção do Estado, em virtude da completa simbiose entre o orçamento do Estado e os bancos privados, a aristocracia financeira nunca deixou de ter influência nos rumos políticos da república. É nesse vácuo de força estrutural que surge o bonapartismo como ideologia política, o qual se constitui a partir de uma amálgama de interesses burgueses, monarquistas e aristocráticos financeiros. Enquanto a república assumia diferentes formas aos olhos de diferentes grupos sociais, Luís Napoleão se apropriou do poder constituído para manipular a República de acordo com seus interesses, culminando na formação, ainda que breve, de um Estado à sua semelhança e, sobretudo, seu interesse.

“Todas nossa exposição mostrou que a república, desde o primeiro dia de sua constituição, não derrubou, mas reforçou a aristocracia financeira. Porém, as concessões feitas a ela constituíram um fardo, ao qual alguém se submete sem querer provocar sua realização. Com [o ministério de] Fould a iniciativa do governo retorno às mãos da aristocracia financeira.” (MARX, 2012, p. 91).

A crescente influência de Napoleão sobre o controle da máquina estatal e as querelas entre as funções do Estado se materializaram no mundo real na troca sucessiva de ministros e a formação de ministérios completamente diferentes da noite para o dia. Destarte, aos poucos, o ministério da coalizão burguesa foi sendo substituído pelo ministério dos comissários de Luís Bonaparte, cujos nomes já eram conhecidos da velha burguesa aristocrata financeira.

“Em vistas da restauração oficial do Estado francês pela aristocracia financeira, o povo logo retornaria ao ponto em que se encontrava no dia 24 de fevereiro [de 1848].” (MARX, 2012, p. 94).

⁸² “Na França, o pequeno-burguês faz aquilo que, via de regra, o burguês industrial deveria fazer; o trabalhador aquilo que, via de regra, seria tarefa do pequeno-burguês; mas e quem cumpre a tarefa do trabalhador? Ninguém. Na França, ela não é cumprida, la é proclamada. Ela não é cumprida em nenhum lugar dentro das quatro paredes nacionais; a guerra de classes dentro da sociedade francesa se converte em uma guerra mundial, na qual se confrontam as nações.” (MARX, 2012, p. 93)

No aniversário de um ano de da proclamação de Napoleão como Presidente da República, a Assembleia Nacional Legislativa desferiu aquele que seria o mais baixo golpe às camadas baixas da sociedade francesa: restabeleceu aquele que o verdadeiro Napoleão havia declarado como o contributo mais incisivo para sua derrota – o imposto do vinho⁸³. Assim, o dia 20 de dezembro de 1849 comprometeu de modo irrevogável sua contraparte de 1848, proclamando Luís Bonaparte como igual aos outros crápulas da alta burguesia aos olhos da massa popular, a qual ele havia utilizado para eleger-se, exatamente um ano antes.

A restituição do imposto do vinho inspirou uma aproximação natural entre as classes campesina e proletária, de modo que é possível compreender a situação em que se encontravam os agricultores franceses quando o Partido da Ordem majorou a carga tributária que recaía sobre seus ombros, adicionando novos tributos aos antigos. A tributação na França do período, sobretudo o imposto do vinho, ilustrava bem o espírito da república nesta última fase de sua existência: o modo de cobrança era detestável, ao passo em que sua forma de repartição era aristocrática, pois a taxa tributária era fixa, recaindo a mesma porcentagem sobre todos os tipos de produtos.

É possível, portanto, neste estágio da evolução histórica da república, constatar que a exploração pela qual o pequeno agricultor familiar (não o grande agricultor latifundiário) estava sujeito distingue-se da exploração do proletário industrial urbano apenas em sua forma, sendo que o explorador de ambos, em última análise, é o mesmo, o capital. Assim, somente pela queda do capital e conseqüente superação do modelo de exploração do trabalho pelo capital é que será possível ao agricultor ascender socialmente e, somente um governo anticapitalista é capaz de proporcionar a quebra de sua miséria econômica⁸⁴.

Neste momento, portanto, os ideais camponeses se aproximam dos ideais operários e o movimento revolucionário passa a se fortalecer verdadeiramente, uma vez que todas as

⁸³ “Os impostos representam o quinto de Deus, ao lado da propriedade, da família, da ordem e da religião. E o imposto do vinho é inquestionavelmente um imposto e, ademais, não é um imposto comum, mas um imposto tradicional, um imposto respeitável, de índole monárquica. Sempre que o agricultor francês pinta o diabo na parede, ele se vale da figura do agente do fisco. No instante em que Montalembert elevou o imposto à condição de deus, o agricultor se tornou sem-deus, ateu, e se lançou nos braços do diabo, ou seja, do socialismo. (...) O verdadeiros, o grande Napoleão Bonaparte declarou em Santa Helena que a reintrodução do imposto do vinho havia contribuído mais para a sua derrocada do que qualquer outra coisa, por ter afastado dele os agricultores do Sula da França. (...) Tornando o trabalhador urbano incapaz de pagar por seu próprio vinho, ele torna o vinhateiro incapaz de vendê-lo.” (MARX, 2012, p. 94-95).

⁸⁴ “Os capitalistas individuais exploram os agricultores individuais por meio da hipoteca e da usura; a classe capitalista explora a classe camponesa por meio do imposto estatal. (...) A república constitucional é a ditadura de seus exploradores unificados; a república social-democrata, a república vermelha, é a ditadura de seus aliados.” (MARX, 2012, p. 97).

classes desprovidas do poder estatal, econômico e político possuíam o mesmo inimigo e a burguesia não mais interferiria em suas interações⁸⁵.

“O inimigo de meu inimigo é meu amigo.” (Provérbio popular)

Pouco a pouco, enquanto as facções do Partido da Ordem (legitimistas e orleanistas) se digladiavam pelo controle do Poder e conspiravam uns contra os outros e contra Bonaparte que, por sua vez, também ia costurando o pano de fundo para seu posterior *coup d'état*⁸⁶, é possível notar a agitação das outras classes sociais desprovidas em torno das ideias da direção revolucionária do proletariado. Agricultores, pequeno-burgueses, operários industriais parisienses, todos os estratos mais baixos da sociedade civil postaram-se lado a lado, evidenciando a convergência de diversos ideais e diversas reivindicações que se aglutinaram sob o mote do socialismo, liderado pela ideologia comunista pregada pelo operariado francês.

Assim, desde fevereiro de 1849 até o fim de 1849, com as sucessivas trocas de figuras no Poder do Estado, além do fracasso representativo da Montanha, é possível delinear uma bipolarização do espectro político na França: de um lado tem-se a aristocracia financeira e o Partido da Ordem, intentando a restauração monárquica sob Luís Bonaparte, consagrando o retorno do *status quo* pré-fevereiro e consolidando o domínio do capital, ao passo em que, de outro lado, tem-se a massa dos oprimidos, compreendida como a congregação dos diversos estratos sociais explorados em torno do proletariado e seu ideal revolucionário em prol da superação do modelo de exploração dado. Este era o partido vermelho, o partido da socialdemocracia francesa⁸⁷.

“Abolição das tarifas protecionistas = socialismo! Porque ela atinge o monopólio da facção *industrial* do Partido da Ordem. Regulamentação do

⁸⁵ “A convulsão gradativa dos agricultores manifestou-se por meio de diversos sintomas. Ela já se mostrara nas eleições para a Assembleia Legislativa; ela se mostrou no estado de sítio dos cinco départements adjacentes a Lyon; ela se mostrou alguns meses após o 13 de junho, na eleição de um montagnard para o lugar do ex-presidente da Chambre introuvable [Câmara inencontrável] pelo Département da Gironde; ela se mostrou no dia 20 de dezembro de 1849, na eleição de um vermelho para o lugar de um deputado legitimista falecido pelo Département du Gard, essa terra prometida dos legitimistas. (...) O momento mais evidente do revolucionamento da mais estacionária das classes se deu após a reintrodução do imposto do vinho. As medidas governamentais e as leis aprovadas durante os meses de janeiro e fevereiro de 1850 são dirigidas quase exclusivamente contra départements e os agricultores. Prova cabal de seu progresso.” (MARX, 2012, p. 98).

⁸⁶ MARX, 2012, p. 98, 99 e 100.

⁸⁷ “Sublevação contra a ditadura dos burgueses, necessidade de mudança da sociedade, preservação das instituições democrático-republicanas como os órgãos de locomoção, agrupamento em torno do proletariado como o poder revolucionário decisivo – estes são os traços do caráter comunitário do assim chamado partido da social-democracia, do partido da república vermelha. Esse partido da anarquia, como foi batizado pelos adversários, é uma coalizão de interesses tão variados quanto é o Partido da Ordem.” (MARX, 2012, p. 100).

orçamento público = socialismo! Porque ela atinge o monopólio da facção *financeira* do Partido da Ordem. Livre importação de carne e cereal estrangeiros = socialismo! Porque ela atinge o monopólio da terceira facção do Partido da Ordem, ou seja, da *grande propriedade fundiária*. As exigências do partido do *free trade*, isto é, do mais avançado dos partidos burgueses da Inglaterra, são encaradas na França como exigências socialistas em igual número. Voltarianismo = socialismo! Porque ele atinge a quarta facção do Partido da Ordem, a *católica*. Liberdade de imprensa, direito de associação, ensino público universal = socialismo, socialismo! Eles atingem o monopólio geral do Partido da Ordem.” (MARX, 2102, p. 100)

Entretanto, por trás de todas essas formas de socialismo, Marx salienta que se oculta o socialismo intrincado de interesses, sobretudo, pequeno-burgueses⁸⁸. Dessa forma, esse modelo de socialismo, ao qual ele nomeia de *socialismo doutrinário*, acaba por subordinar a totalidade do movimento a um de seus momentos, fantasiando pequenas proezas e suprimindo a luta de classes. Doutro modo, o proletariado, por sua vez, consciente dos perigos e das ilusões que essa forma de socialismo apresenta, agrupa-se em torno do *socialismo revolucionário*, que nada mais é do que o *comunismo* pregado por Marx e Engels no Manifesto⁸⁹. É essa forma de socialismo que visa à declaração permanente da revolução, bem como a superação do modelo de dominação capitalista com a implantação da ditadura classista do proletariado.

Acuado e com as costas na parede, o governo bonapartista vislumbrava apenas uma saída para manter-se no poder: instigar o povo à revolta, para, assim, declarar o estado de sítio em Paris e nas províncias, controlando as iminentes eleições complementares para manter-se no Poder. Segue-se, então fevereiro de 1850, quando o governo bonapartista resolve provocar o povo, realizando, para tanto, o corte das chamadas árvores da liberdade⁹⁰.

Seguiram-se as eleições e despontaram três candidatos do partido socialdemocrata: Deflotte, Vidal e Carnot⁹¹. Esses três representantes eleitos ilustram bem as três classes sociais aliadas sob o signo socialdemocrata: um insurgente exilado, representando os

⁸⁸ “(...) oculta-se o socialismo do *National*, do *Presse* e do *Siècle*, que visa, de modo mais ou menos consequente, derrubar o domínio da aristocracia financeira e libertar a indústria e o comércio de suas atuais amarras.” (MARX, 2012, p. 100)

⁸⁹ MARX; ENGELS, 2010, São Paulo: Boitempo.

⁹⁰ “Quando as árvores da liberdade perderam o seu lugar, o próprio governo perdeu a cabeça e recuou assustado com sua própria provocação.” (MARX, 2012, p. 103) Porém, a ação governista não se mostrou frutífera, pois o povo não se deixou levar a nenhuma revolta pelas provocações, dado que ele mesmo já se encontrava na iminência de revoltar-se.* (MARX, 2012, p. 103)

⁹¹ “Deflotte, um deportado de junho, anistiado (...) era amigo de Blanqui e havia tomado parte no atentado de 15 de maio [de 1848]; Vidal, conhecido como escritor comunista pelo seu livro *Sobre a distribuição da riqueza*, fora secretário de Louis Blanc na comissão do Luxemburgo; Carnot, (...) fora ministro do ensino no governo provisório e, na Comissão Executiva, com o seu projeto de lei democrático referente ao ensino popular, interpôs veemente protesto contra a lei de ensino dos jesuítas.” (MARX, 2012, p. 103).

interesses e a liderança revolucionária do proletariado; um socialista doutrinário cuja representatividade se dava nos pequeno-burgueses socialistas e um burguês republicano, cujas intenções foram etiquetadas de socialistas pelo Partido da Ordem, portanto, ameaça a seu monopólio de poder.

“Tratou-se de uma coalizão geral contra a burguesia e o governo, como no mês de fevereiro [de 1848]. Só que dessa feita, o proletariado encabeçou a liga revolucionária.” (MARX, 2012, p. 103).

Segundo Marx, a eleição do dia 10 de março de 1850 representa o início de mais uma fase da república constitucional francesa (a última): a de sua *dissolução*⁹². Em resposta aos resultados dela, o Partido da Ordem, retorna à máxima característica de seu governo: mais repressão!⁹³

“A algema de ferro da legalidade precisa ser rompida. A *república constitucional é impossível*. Temos de lutar com nossas autênticas armas; desde fevereiro de 1848 temos combatido a revolução com as *suas* armas e no *seu* terreno; nós aceitamos as *suas* instituições, a Constituição é uma fortaleza que só protege os que estão sitiando, mas não os sitiados! Quando nos infiltramos, na barriga do cavalo troiano, para dentro da Ílion [Troia] sagrada, diferente dos *grecs*, nossos ancestrais, não conquistamos a cidade inimiga, mas fizemos de nós mesmos prisioneiros. Contudo, a base da Constituição é o *sufrágio universal*. A *eliminação do sufrágio universal* é a última palavra do Partido da Ordem, da ditadura burguesa.” (MARX, 2012, p. 105).

Com essas palavras, o Partido da Ordem anunciava sua resistência à instituição última da democracia que obstava sua perpetuação no poder: o sufrágio universal. O mesmo sufrágio que havia erigido a burguesa ao topo do Estado agora se mostrava a mais feroz das armas revolucionárias, quiçá a única que poderia derrubá-la de seu pedestal político dentro da ordem legal de dominação capitalista⁹⁴.

Pela resistência ao sufrágio universal, a burguesia dominante declarou abertamente que ascendeu ao poder pela vontade popular, mas que, agora, para consolidar-se de vez no poder, deveria ser *contra* a vontade popular, *contra* o sufrágio universal. Assim, fica demonstrado que, ainda que seja um instituto jurídico-democrático pertencente à lógica de

⁹² “A eleição de 10 de março de 1850! Ela foi a revogação do mês de junho de 1848.” (MARX, 2012, p. 103).

⁹³ MARX, 2012, p. 104

⁹⁴ “O sufrágio universal lhes deu razão no dia 4 de maio de 1848, no dia 20 de dezembro de 1848, no dia 8 de julho de 1849. O sufrágio universal tirou a razão de si mesmo o dia 10 de março de 1850. O domínio burguês como efluente e resultado do sufrágio universal, como ato declarado da vontade soberana do povo: esse é o sentido da Constituição burguesa. Porém, a partir do momento em que o teor desse sufrágio, dessa vontade soberana, não é mais a dominação dos burgueses, que sentido ainda teria a Constituição?” (MARX, 2012, p. 105).

dominação imposta pelo Direito, o sufrágio universal abre caminhos para a atuação política das classes oprimidas. Dessa forma, quando lhe era oportuno, a burguesia utilizou-se dele, para, quando não lhe era mais conveniente, pregar pela sua revogação. Foi nesse sentido que o posicionamento político do Partido da Ordem abriu caminho para a revogação do sufrágio e, conseqüentemente, para o *coup* de Luís Napoleão.

“As facções coligadas da burguesia, no entanto, já se haviam condenado quando recuaram diante da única forma possível de seu poder *unificado*, da forma mais poderosa e mas plena do seu *domínio de classe*, a da *república constitucional*, e buscaram refúgio na forma subordinada, incompleta e bem mais débil da *monarquia*. Elas se pareciam com aquele homem velho que, para recuperar seu viço juvenil, tirou do baú seus trajes infantis e sofre tentando vesti-los em seus membros entevados. Sua república teve um único mérito: o de *ser o viveiro da revolução*. O dia 10 de março de 1850 traz a seguinte inscrição: *Après moi le déluge!* Depois de minha partida, que venha o dilúvio!” (MARX, 2012, p. 106).

A vitória popular conquistada pela aliança com a pequena burguesia se viu esvaecida por esse mesmo povo que a proporcionou, nas eleições de 28 de abril de 1850. Tendo eleito Vidal por dois comitês eleitorais diferentes⁹⁵, este se viu forçado a optar pelo assento que tomaria, sendo influenciado pela Montanha a assumir pelo comitê provinciano em detrimento do comitê parisiense. Dessa forma, a vitória eleitoral obtida em março, se viu totalmente anulada pela predileção de seu candidato vermelho por Eugène Sue, um pequeno-burguês típico, sentimentalista e nada representativo da classe operária que via em Vidal sua personificação⁹⁶.

Aproveitando a candidatura da patética figura da Montanha, o Partido da Ordem rebateu com um candidato que deveria representar seus ideais de forma contundente. Tal candidato fora Leclerc, porém a manobra dos monarquistas não surtiu efeito, uma vez que a imprensa exerceu papel importante no pleito eleitoral e contribuiu de forma significativa para a vitória do candidato montanhês ao assento parlamentar. A vitória da Montanha elevou as aspirações da pequena-burguesia reacionária ao máximo, fazendo-os crer, mais do que nunca, numa vitória parlamentar, puramente institucional, impulsionando o sonho da eleição de Ledru-Rollin ao cargo presidencial nas eleições vindouras de 1852, afastando a hipótese de ter que trazer à tona a força revolucionária do proletariado.

⁹⁵ “Além de eleito por Paris, Vidal havia sido eleito também pela Baixa Renânia.” (MARX, 2012, p. 111-112).

⁹⁶ “(...) Eugène Sue, o visionário pequeno-burguês sentimental, que o proletariado poderia aceitar no máximo como uma piada para agradecer às *grisettes*.” (MARX, 2012, p. 112)

Com o resultado eleitoral, o Partido da Ordem se preparava para sua última cartada: a promulgação de uma *nova lei* eleitoral, a qual revogaria o sufrágio universal e impediria os avanços democráticos da pequena burguesia “vermelha”. A manobra legislativa, no entanto, fora manipulada pelo governo bonapartista de modo que a proposta de revogação do sufrágio (muito interessante aos propósitos de Luís Bonaparte) não partisse de si, mas sim da própria maioria burguesa no Parlamento⁹⁷.

Iniciadas as discussões acerca do projeto de lei eleitoral, foram sucessivas derrotas parlamentares, ao passo em que o proletariado se via incapaz de interferir no andamento do processo legislativo⁹⁸. Diante da inércia (novamente) da Montanha, a lei eleitoral repressiva fora complementada por uma nova lei de imprensa, cujo conteúdo objetivava reprimir qualquer tentativa de incitação à insurgência.

“O sufrágio universal havia cumprido sua missão. A maioria do povo havia passado pela escola do desenvolvimento, que tinha utilidade para o sufrágio universal somente em uma época revolucionária. Ele tinha de ser eliminado por uma revolução ou pela reação.” (MARX, 2012, p. 113).

Novamente, portanto, o diante de incapacidade diretiva da Montanha, o partido socialdemocrata se vê esfacelado perante a opressora dominância do Partido da Ordem e se forçado a se retirar da cena política oficial. Estava montado o palco para o ato de Luís Napoleão e estava aberto o caminho para sua tomada do Estado e conseqüente restauração do Império Francês.

“A Constituição, a Assembleia Nacional, os partidos dinásticos, os republicanos azuis os republicanos vermelhos, os heróis da África, o discurso tonitruante proferido do palanque, o relampejar da imprensa do dia, o conjunto da literatura, as figuras políticas e os renomados intelectuais, o Código Civil e o direito penal, *liberte, égalité, fraternité* e o segundo domingo do mês de maio de 1852 – tudo desapareceu como se fosse uma quimera diante da fórmula mágica pronunciada por um homem que não era considerado um mestre-feiticeiro nem pelos seus inimigos. O sufrágio universal parece ter sobrevivido só o tempo suficiente para redigir de próprio punho seu testamento diante dos olhos do mundo inteiro e declarar pessoalmente, em nome do povo: “Tudo o que existe merece perecer!”” (MARX, 2011, p. 31).

⁹⁷ “Portanto, não foi o governo que propôs à Assembleia, mas a maioria da Assembleia propôs a si mesma a revogação do sufrágio universal.” (*Idem*).

⁹⁸ “Um exército de 150 mil homens em Paris, a longa procrastinação da decisão, a dissuasão pela imprensa, a pusilanimidade da Montanha e dos representantes recém-eleitos, a calma majestática dos pequeno-burgueses, mas, sobretudo, a prosperidade comercial e industrial impediram qualquer tentativa de revolução por parte do proletariado.” (MARX, 2012, p. 113).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se nota na França a partir de 1850 é um leve crescente econômico de prosperidade da indústria e do comércio, os quais acabaram por ser impulsionados por uma série de fatores⁹⁹. Entretanto, tal prosperidade só era sensível para aquela parcela da sociedade francesa que efetivamente participava da indústria e do comércio no nível mundial. Para a grande massa da população, os agricultores, o período de depressão ainda perdurava¹⁰⁰, porém, como a história recente já demonstrara essa classe social não era dotada da iniciativa revolucionária necessária.

Ademais, há de se ressaltar que em tempos de prosperidade burguesa, quando se percebe o desenvolvimento pleno das relações burguesas, não há como se cogitar uma revolução verdadeiramente revolucionária. Tal evento só é possível com a conjugação de dois fatores em contradição, isto é, quando as forças produtivas modernas conflitam com as formas de produção burguesas¹⁰¹. Neste sentido, tal contradição se expressa na sociedade civil, na qual os burgueses conflitam entre si na disputa pelo empenho individual de acumulação pessoal de capital cada vez mais competitivo, ao mesmo tempo em que em se juntam na defesa de seus interesses (acumulação de capital e manutenção da propriedade privada) contra outras classes sociais, cuja força de trabalho é a fonte produtiva do capital a ser acumulado¹⁰².

“Uma nova revolução só será possível na esteira de uma nova crise. Contudo, aquela é tão certa quanto esta.” (MARX, 2012, p. 111)

Embora seja indispensável para realização da conquista do Estado e conseqüente superação do modelo de exploração do trabalho pelo capital, o campesinato, como demonstrado no decorrer deste trabalho, não possui a iniciativa revolucionária necessária para conduzir o processo histórico, sendo imperiosa sua atuação sob a liderança do partido operário. O mesmo vale para a classe dos pequeno-burgueses que, representados pela Montanha, viu suas intenções não lograrem êxito diante da incapacidade ativa de seu partido.

⁹⁹ “Ademais, o desenvolvimento da prosperidade da França foi fomentado especialmente pela reforma alfandegária na Espanha e pela redução das tarifas alfandegárias para diversos artigos de luxo para o México; a exportação de mercadorias francesas para esses dois mercados cresceu consideravelmente.” (MARX, 2012, p. 109).

¹⁰⁰ “As boas colheitas dos últimos anos pressionaram os preços do cereal na França a níveis ainda mais baixos do que na Inglaterra; diante disso, nada mais impróprio do que chamar de brilhante a posição dos agricultores endividados, extorquidos pela usura e vergados pelos impostos.” (MARX, 2012, p. 110)

¹⁰¹ MARX, 2012, p. 111.

¹⁰² DEL ROIO, 2014, p. 190

“A primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia. O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar todo capital à burguesa, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente o total das forças produtivas.” (ENGELS; MARX, 2008, p. 58).

O caminho a ser trilhado para a solução da contradição da sociedade civil e consequente superação do modelo de exploração capitalista é dado na cartilha do Manifesto do Partido Comunista, no qual já são lançadas as bases teóricas do movimento revolucionário a ser desempenhado. Dessa forma, Marx explicita que somente se alçará à condição de luta revolucionária a luta de classes que for performada e conduzida pelo proletariado, com vistas à conquista do poder e constituído, além de classe social, em partido político¹⁰³.

O cenário político formado então, após os eventos narrados na obra marxiana bem como neste trabalho, se mostra polarizado pelo proletariado revolucionário de um lado e Napoleão Bonaparte com sua corja bonapartista de outro. O Partido da Ordem, após a revogação do sufrágio universal gradativamente vai perdendo sua expressão até que o Parlamento é finalmente fechado em 2 de dezembro de 1851¹⁰⁴. No meio desse espectro político encontram-se a massa campesina (fundamental para a restauração do regime imperial de Napoleão III) e a pequena-burguesia democrata (ilustrada representativamente pelo Partido da Montanha), cujas alianças por vezes flutuavam entre os polos, ora pró-revolução, ora pró-restauração, sendo determinantes para os resultados políticos obtidos. Não por acaso Luís Napoleão consagra-se presidente pelo apoio camponês, da mesma forma que restaura o Império com o respaldo desta mesma classe, ao passo em que a constituição do partido socialdemocrata só é possível com a congregação dos interesses diversos do proletariado revolucionário, da pequena-burguesia democrata e do campesinato oprimido pela alta carga tributária.

Dessa forma, explicitado o papel decisivo da vitória proletária sobre a opressão capitalista, a sua derrota demonstra a incapacidade diretiva da burguesia, visto que no interior de sua própria classe existiam facções diferentes com interesses conflitantes. Assim, em virtude da derrota da classe revolucionária e a incapacidade política da burguesia instaurada

¹⁰³ DEL ROIO, 2014, p. 194.

¹⁰⁴ “Mas a própria burguesia não confiava mais no parlamento como expressão de seus interesses gerais, ou mesmo particulares, dado que nenhuma maioria conseguia se formar, a solução possível era a de renunciar a sua representação política e deixar o poder político a cargo da burocracia estatal, a qual se expressava no poder executivo. O conjunto da sociedade civil estava submetido então ao poder político condensado no Estado. O golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 dissolveu o parlamento e os resquícios de governo representativo da burguesia.” (DEL ROIO, 2014, p. 203)

no poder, é que surge o bonapartismo como forma política da autonomização do poder político frente às frações da classe dominante na sociedade civil¹⁰⁵.

Desse modo, portanto, conclui-se este trabalho no sentido de se explicitar a necessidade da vitória proletária em duas frentes distintas: por um lado, deve-se combater o capital na sociedade civil; por outro, deve-se conquistar o poder político do Estado¹⁰⁶. Não há como combater um sem que se abata o outro, ao mesmo tempo em que uma vitória puramente política não significa nada se não for seguida de uma vitória social contra a dominação do capital e vice-versa, pois que ambas condições fazem parte de uma mesma contradição, compondo uma mesma totalidade dotada de múltiplas vertentes.

É nesse vácuo gerado pela necessidade de uma vitória em duas frentes diferentes que faz surgir o bonapartismo como movimento político autônomo: ainda que fruto da mesma matriz burguesa das demais expressões dessa classe, o bonapartismo reúne em si diferentes espectros que ilustram a fracionariedade interna da classe burguesa. Assim, a crítica marxista imbuída no texto aqui abordado é a de se enfatizar os aspectos subjetivos do processo histórico em questão, afim de se destacar as contradições internas da sociedade civil burguesa, bem como criticar a inexistência de um programa político autônomo e independente do proletariado francês que, iludido pela vã ideia de emancipação conjunta à burguesia, se vê derrotado e impossibilitado de exercer seu papel revolucionário¹⁰⁷.

O papel primordial dos eventos de 1848 a 1850 foi demonstrar que a experiência revolucionária era possível, porém mais que isso, foi comprovar como a burguesia já não possuía o sentimento revolucionário de outrora, ao passo em que o proletariado francês, ainda que possuísse a força revolucionária interna, se provou incapaz de conduzir a revolução de modo efetivo, abrindo espaço para a consagração de um novo programa político formado por diversos ideais burgueses e monárquicos reacionários.

¹⁰⁵ DEL ROIO, 2014, p. 204.

¹⁰⁶ *Idem.*

¹⁰⁷ “Como se sabe, a revolução esperada por Marx e Engels não ocorreu, pelo menos naquela conjuntura, nem na França, nem na Alemanha.” (MACIEL, 2014, p. 228).

APÊNDICE 1

Achille Fould (1800-1867): Banqueiro francês, orleanista e, posteriormente, bonapartista. Dirigiu a pasta das finanças em diversos momentos, durante 1849 e 1867.

Albert l'Ouvrier [Albert, o Trabalhador] (Alexandre Martin) (1815-1895): Revolucionário francês com participação ativa no Levante de 1848. Posteriormente, foi eleito para participar da composição do governo provisório, tornando-se, assim, o primeiro trabalhador industrial a fazer parte de um governo na França.

Alexandre Auguste Ledru-Rollin (1807-1874): Político e jornalista francês. Foi redator do jornal *La Reforme* e, posteriormente, deputado e líder do Partido da Montanha nas Assembleias Nacional Constituinte e Legislativa. Após o golpe, exilou-se na Inglaterra.

Alexandre Leclerc (s/d): Comerciante e político francês, alinhado ao Partido da Ordem, foi candidato à deputado na Assembleia Nacional em 1850.

Armand Barbés (1809-1870): Revolucionário francês com participação ativa na Revolução de 1848. Condenado a prisão perpétua, foi anistiado por Napoleão III em 1854, exilando-se nos Países Baixos até sua morte.

Armand Marrast (1801-1852): Político e jornalista francês. Foi redator do jornal *Le National* e um dos líderes dos republicanos moderados na Assembleia Nacional. Foi presidente da Assembleia Nacional Constituinte (1848-1849), presidente da Câmara dos Representantes de Paris e membro do governo provisório após o levante de fevereiro.

Casa dos Bourbon: Dinastia cuja linhagem real governou a França entre 1589 até 1792, retomando o controle do Estado em 1814-15 e entre 1815-1830.

Eugène Sue (1804-1857): Escritor francês com participação nos levantes de 1848. Seus escritos abordavam os aspectos sensacionalistas da vida urbana da época, sendo pioneiros no tema dos problemas sociais decorrentes da revolução industrial na França. Em 1850 elege-se deputado pelo partido socialdemocrata e, em 1851, em virtude do golpe, exila-se.

François Pierre Guillaume Guizot (1787-1874): Político, historiador e estadista francês, entre 1840 e 1848 dirigiu o ministérios de assuntos internos e exteriores da França.

François Vidal (1812-1872): Socialista, atuou como secretário-geral da Comissão do Luxemburgo, redigindo o relatório deste órgão. Em 1850 foi eleito pelo partido socialdemocrata ao cargo de deputado na Assembleia Nacional Legislativa.

François-Vincent Raspail (1794-1878): Naturalista, químico e sanitarista francês, foi preso durante o reinado de Luís Filipe por participar de conspirações republicanas. Candidatou-se à presidência pelo partido operário em 1848 sendo derrotado por Luís Bonaparte. Preso no

levante de maio de 1848 como uma das lideranças do operariado parisiense, foi exilado e voltou em 1862, elegendo-se deputado em 1869.

Guarda Nacional: milícia voluntária civil armada, com comandos eleitos, que existiu em França e em alguns outros Estados da Europa ocidental. Foi criada pela primeira vez em França em 1789, no início da revolução burguesa; existiu com intervalos até 1871.

Jacques Lafitte (1767-1844): banqueiro e político francês de ideologia orleanista. Foi chefe do governo de Luís Filipe antes dos acontecimentos de 1848.

Jean Joseph Charles Louis Blanc (1811-1882): Jornalista e historiador francês foi membro do governo provisório e, em 1848, presidiu a Comissão do Luxemburgo. Defensor da conciliação entre as classes e da aliança proletário-burguesa, emigrou para a Inglaterra em 1848 e, quando deputado nacional, em 1871, voltou-se contra a Comuna de Paris.

Le Moniteur: Órgão de imprensa oficial do Governo Francês.

Le National: jornal francês que se publicou em Paris de 1830 a 1851; órgão dos republicanos burgueses moderados. O mais destacado representante desta corrente no Governo Provisório era Marrast, seu redator.

Le Presse: Jornal francês concorrente do *Siècle*, representante dos interesses e a expressão literária dos burgueses reformistas.

Le Siècle: Fundado por Armand Dutacq e financiado notadamente pelo advogado e deputado Odilon Barrot, o jornal representa a chamada Monarquia de Julho, em oposição a Guizot. Durante o período do Segundo Império Francês, torna-se republicano, em oposição ao regime de Napoleão III.

Louis Auguste Blanqui (1805-1881): Revolucionário francês e comunista utópico, participou ativamente da Revolução de 1848. Pertencente à extrema-esquerda francesa, líder do movimento proletário, foi condenado à prisão diversas vezes.

Louis-Eugène (Saul) Cavaignac (1802-1857): General e político francês com origens no republicanismo moderado. Herói militar na conquista da Argélia entre 1830-1840 tornou-se ministro da guerra a partir de maio de 1848, sendo o responsável pela repressão aos levantes de 1848. Alçado à condição de chefe do poder executivo na segunda metade de 1848 recusou-se a jurar lealdade ao Império quando do golpe de Luís Bonaparte.

Luís Filipe de Orleães (1773-1850): Duque de Orleães e, durante 1830 a 1848, rei da França. Possuía a alcunha de Rei Burguês, em virtude de sua extrema proximidade com os ideais da aristocracia financeira, a Alta Burguesia. Foi deposto e exilado pela Revolução de Fevereiro de 1848.

Luís Napoleão Bonaparte, III (1808-1873): Presidente da Segunda República Francesa, eleito pelo sufrágio universal previsto pela Constituição de 1848, durante os anos de 1848-1850. Após a revogação do sufrágio universal em 1850, numa manobra política, fecha o parlamento francês e se autoproclama Imperador, restaurando o Império da França, que durou de 1852 a 1870 e assumindo o nome de Napoleão III.

Marc Caussidière (1808-1861): Participou da Insurreição de Lyon em 1834, tendo sido anistiado por seus crimes em 1837. Participou de todos os complôs republicanos, exilando-se após as jornadas revolucionárias de 1848.

Marché (s/d): Operário a quem Marx credita a exigência da proclamação do direito ao trabalho (*droit au travail*) feita ao governo provisório após a vitória de fevereiro.

A Montanha (Le Montagne) de 1793-1795: grupo revolucionário democrático da Convenção durante a revolução burguesa francesa de fins do século XVIII.

A Montanha (Le Montagne) a 1845-1851: Partido da pequena burguesia francesa na Assembleia Nacional. Tinha intenções de ascender ao poder político por meios institucionais, a fim de se revoltar sem ter que necessitar da força revolucionária do proletariado e, assim, conduzir-lhes ao poder. Falhou diversas vezes em suas manobras políticas e foi incapaz de agir perante o golpe de 1851.

Monarquia de Julho: reinado de Luís Filipe (1830-1848), que recebeu a sua designação da revolução de Julho.

Napoleão Bonaparte, I (1769-1821): Dirigente efetivo da França após 1799 e Imperador de 1804 a 1815. Tio de Luís Napoleão Bonaparte.

Nicolas Anne Théodule Changarnier (1793-1877): General e político francês monarquista foi deputado na Assembleia Nacional Constituinte e na Legislativa, tornando-se Comandante-Geral da Guarda Nacional após o levante de junho de 1848, foi preso e exilado após o golpe de Luís Bonaparte, retornando à França para exercer o cargo de deputado nacional em 1871.

Nicolas Charles Victor Oudinot (1791-1863): General francês, alinhado à facção orleanista. Chefe da expedição que recebeu o nome de “Expedição Romana”, liderou o bombardeio à cidade e, em 1851, tentou organizar a resistência ao golpe de Bonaparte.

Odilon Barrot (1791-1873): Político francês, fora chefe da oposição dinástica liberal até fevereiro de 1848. Durante o domínio político do Partido da Ordem, entre dezembro de 1848 até outubro de 1849, foi ministro do governo de Luís Bonaparte, chefiando o governo executivo.

Partido da Ordem: Partido da alta burguesia monarquista dirigente na França. Reunia duas facções conflitantes (legitimistas e orleanistas) e intentava pela manutenção do domínio do

capital sobre o trabalho e a restauração do Estado monárquico burguês dos moldes de Luís Filipe.

Paul-Louis François René Deflotte (1817-1860): Serviu na marinha e após a revolução de fevereiro de 1848 tornou-se influente orador do grupo dos blanquistas no partido proletário. Participou do levante de junho e, posteriormente, foi eleito representante de Paris antes do golpe de Luís Bonaparte.

18 de Brumário de Luís Bonaparte: Golpe de Estado contrarrevolucionário empenhado por Luís Bonaparte e seus partidários em 2 de dezembro de 1851, com vistas a evitar novas eleições previstas constitucionalmente para 1852.

REFERÊNCIAS

- AGULHON, M. **1848: O aprendizado da república**. Tradução Maria Inês Rolim. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.
- DEL ROIO, M. Luta de classes e luta revolucionária em Marx. In: DEL ROIO, M. (Org.) **Marx e a dialética da sociedade civil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- GOMES, R. **Sombras e Luta, Partidos e Facções: sobre democracia e representação em Marx e Weber**. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA. ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE CIENCIA POLÍTICA, V., 2010, Buenos Aires. Disponível em: <http://cdsa.academica.org/000-036/384>. Acesso em 30/07/2017.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução Paulo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.
- KASHIURA JR., C. N.; AKAMINE JR., O.; MELO, T. (Org). **Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas**. 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões: Editorial Dobra, 2015.
- MACIEL, D. O conceito de revolução permanente em Marx e Engels. In: DEL ROIO, M. (Org.) **Marx e a dialética da sociedade civil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- MASCARO, A. L. Direito, capitalismo e estado: da leitura marxista do direito. In: KASHIURA JR., C. N.; AKAMINE JR., O.; MELO, T. (Org). **Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas**. 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões: Editorial Dobra, 2015.
- MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MARX, K. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PACHUKANIS, E. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- PRADO, C. Marx e o problema da revolução operária na França de 1848. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, nº 171 – Agosto 2015, ano XIV. ISSN 15196186.